

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

A Presidente e o OE

Um Orçamento para 2009 que NÃO é realista NÃO é prudente e NÃO é rigoroso



Destaques:

- **Entrevista da Presidente à TVI**

Em "Actividades da Presidência"

- **Paulo Rangel prenuncia "chumbo" ao Orçamento 2009**

Em "Actividades do PSD"

- **Nova secção: Cartas ao PSD**

Nas páginas interiores

- **Artigos de Opinião**

Nas páginas centrais

Um Orçamento para 2009, que NÃO é realista, NÃO é prudente e NÃO é rigoroso



No passado dia 17, a Direcção do PSD fez o seu primeiro comentário e apreciação do Orçamento do Estado para 2009.

A Presidente, Manuela Ferreira Leite, reuniu com a Imprensa, na Sede Nacional do PSD e fez o comentário que segue:

O Orçamento do Estado para 2009 foi apresentado pelo Governo sob o lema de orçamento de realismo, prudência e rigor.

Vale a pena começar por analisar o orçamento à luz desta afirmação.

Um Orçamento realista?

Para o ser, os pressupostos em que assenta a sua elaboração teriam de ter uma adesão à realidade, ou seja, no que se refere, por exemplo, ao crescimento da economia, ao desemprego, ao investimento e ao consumo privado, deveriam traduzir o que é seriamente expectável e não o que é enganosamente projectado.

Quanto ao crescimento da economia, o Orçamento do Estado assenta numa previsão de crescimento de 0,6%, enquanto na Alemanha se prevê um crescimento 0, em França 0,2%, no Reino Unido -0,1% e em Espanha -0,2%. A média da zona euro não vai além de 0,2%, três vezes menos do que o governo prevê para Portugal.

Quanto ao desemprego, o Governo prevê uma taxa igual à de 2008, confundindo o desejo de todos nós com a difícil realidade que conhecemos.

No investimento, apesar da conhecida situação financeira grave, o Orçamento do Estado aponta para um crescimento praticamente igual ao estimado para 2008.

Um Orçamento prudente?

Para o ser, é essencial que a estimativa da receita assente em bases cautelosas.

Dois exemplos são bem elucidativos.

Depois de uma perda de receita do ISP em 2008, superior a 7%, prevê-se agora um crescimento de 3,4% para 2009.

No caso do IVA, apesar da redução da taxa ocorrida em 2008 e do previsível abrandamento da actividade económica, prevê-se para 2009 um crescimento da sua receita em 3,4%.

Um Orçamento de rigor?

O valor apresentado para a despesa pública, de 46% do PIB, é inferior ao estimado para 2008, o que sucede à custa de uma alteração metodológica no registo das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações.

Ou seja, se o Orçamento do Estado fosse rigoroso, o valor efectivo da despesa pública teria de ser apresentado com um crescimento de 7% em relação a 2008, atingindo o valor mais alto jamais verificado.

Em matéria de eficiência fiscal, que já não teve expressão em 2008, aparece agora, de novo, com um aumento para 2009.

Em boa verdade, este Orçamento parece ter sido elaborado a partir da definição dos resultados que importava anunciar, para depois se formularem as projecções necessárias para os alcançar.

É um Orçamento construído de frente para trás, ou seja, não se baseia em projecções, mas sim em prognósticos.

A grande característica deste Orçamento é o de não ser transparente sendo, nesse aspecto, o pior que alguma vez foi apresentado no Parlamento, com tiques de ilusionismo impróprios de um documento com esta importância.

É inaceitável que estando o Governo a programar megainvestimentos, não forneça informações sobre os encargos futuros das decisões que está a tomar.

Este Orçamento é o último do actual ciclo político, ciclo este iniciado em 2005.

Um ciclo em que o Governo dispôs de condições ímpares que convém relembrar: uma maioria absoluta, uma legislatura de quatro anos e meio, um Pacto de Estabilidade e Crescimento flexibilizado e uma conjuntura económica europeia de crescimento.

Apesar disto, os resultados são os seguintes:

	2004	2008
Crescimento Económico	1,5%	0,8%
Inflação	2,5%	2,9%
Desemprego	6,7%	7,6%
Défice Externo (% PIB)	6,1%	10,65
Endividamento do País	64%	100%
Despesa Pública Total (OE 2009)	46,4%	47,8%
Despesa Corrente (OE 2009)	42%	44,3%
Despesa Corrente Primária (OE 2009)	39,3%	40,9%
Dívida Pública (OE 2009)	58,3%	64%
Carga Fiscal	34,2%	37,5%
Rendimento por Habitante % da média europeia	74,7%	73,3%

Este é o balanço de que o Governo não gosta, de que não fala, que tenta mesmo esconder, mas que é o resultado de um modelo de desenvolvimento esgotado e de uma política económica que fracassou.

Na verdade, o obstáculo essencial a ultrapassar para que a nossa economia cresça de forma sustentada e se desenvolva é a falta de competitividade.

Se não conseguirmos recuperar a competitividade perdida, não se melhora o potencial de crescimento da nossa economia que devia ser o nosso objectivo fundamental e que o Governo pura e simplesmente ignora.

É o próprio Governo que, no seu Programa, reconhece que “a fraca competitividade e a baixa produtividade estão na raiz do baixo crescimento da economia portuguesa. Em vez de melhorarmos, temos descido nos rankings internacionais.” (Pág. 11)

Usando o ranking do World Economic Fórum o Governo reconhece que Portugal estava na 25ª posição em 2004 (Pág. 12).

Como evoluímos desde então?

Utilizando o mesmo ranking, em 2007/2008 tínhamos descido até à 40ª posição, e no de 2008/2009 Portugal volta a cair, agora para a 43ª posição.

Descemos 18 lugares neste ranking, ao longo mandato do actual Governo. É esta a consequência de uma política económica fracassada.



Uma política que conduziu a um nível muito elevado de endividamento das famílias, das empresas e do Estado.

Uma política que tornou o País muito dependente e vulnerável.

Esta situação de endividamento, que tenho vindo a denunciar, que o Governo sistematicamente ignorou, a actual crise financeira tornou indifereçável.

Insistir nesta política errada vai aprofundar a crise e as condições de atraso do nosso País.

A mudança é cada vez mais necessária.

Por isso, o PSD considera que o modelo de desenvolvimento tem de ser diferente.

Não pode continuar a basear-se na despesa pública, mas no investimento privado e nas exportações.

Só assim teríamos crescido de uma forma sustentada e ter-se-iam criado as condições para um desenvolvimento com verdadeira dimensão social.

Pelo falhanço da política económica deste Governo, tal como já tinha alertado, muitas famílias e empresas enfrentam hoje uma situação de emergência.

Exige-se do Estado uma resposta adequada, o que este Orçamento não faz.

Pelo contrário, o défice do Estado tem vindo, em parte, a ser financiado pelo excedente da segurança social e pelo estrangulamento infligido às PME's, o que constitui um desvio imoral aos objectivos que deviam ser prosseguidos.

O Estado permite-se manter níveis elevados de endividamento à custa do sacrifício das Pequenas e Médias Empresas e dos mais desfavorecidos. É a classe média a suportar as consequências dos erros da política económica do Governo.

Perante isto o Governo elabora um Orçamento que é um Orçamento de múltiplos subsídios, mas que não aponta para a resolução de nenhum problema.

O Orçamento do Estado de 2009 tem de conter medidas efectivas para ajudar a resolver os problemas das famílias e das PME's.

Neste sentido, o PSD vai propor:

- **Reduzir o custo do trabalho e dessa forma defender o emprego, mediante a descida em 1% da Taxa Social Única suportada pelas entidades patronais, compensando-se o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social por reforço de transferência do Orçamento do Estado;**
- **Para fazer face à previsível dificuldade de recuperação do emprego, propomos um alargamento excepcional do período de atribuição do subsídio de desemprego;**
- **A fim de fomentar a poupança, e reparar uma grave injustiça cometida por este Governo, propomos a reposição do regime que vigorava nos certificados de aforro;**
- **Quanto às PME's, vamos insistir na alteração do regime de pagamento do IVA, de modo a que este deixe de estar ligado ao momento da prestação do serviço ou da facturação, e passe a ser pago no momento do efectivo recebimento;**
- **Pagamento atempado das dívidas do Estado às empresas, bem como abrir a possibilidade de o Estado negociar com a banca a realização do "factoring" com garantia;**
- **Faculdade das empresas que sejam credoras do Estado, realizarem no cumprimento das suas obrigações fiscais a compensação de créditos;**
- **Extinção do Pagamento Especial por Conta, criado como instrumento de combate à fraude e evasão fiscal.**

Decorridos cinco anos os pressupostos que lhe estavam subjacentes e a significativa melhoria da Administração Fiscal, já não justificam a sua manutenção.

Estas são medidas realistas e solidárias, que se impõem num momento complexo e difícil para as famílias e as empresas.

Este Orçamento não resolve os problemas de hoje e encobre os que surgirão no futuro.

Ora, este é um momento em que se exige dos responsáveis que falem verdade em vez de venderem ilusões.

Que aprovelem medidas que devolvam aos Portugueses uma esperança sustentada, o que este Orçamento não faz. – *Fonte: Gab. Presidência/PSD*

A entrevista da Presidente à TVI

Manuela Ferreira Leite responde serenamente a uma entrevistadora que "não faz prisioneiros"!

A presidente do PSD, acedeu a ser entrevistada na TBI, por Constança Cunha e Sá, e o tema em princípio acordado, seria o da situação económica e financeira que o Estado atravessa.

O crescimento da economia portuguesa e a criação de riqueza nacional, segundo a Presidente do PSD, estão gravemente ameaçados pelo rumo e forma da condução das matérias de Governo, actualmente definidas e demarcadas pelo PS.

A continuar assim, Manuela Ferreira Leite afirmou que Portugal o PIB português crescerá, no máximo, 0,3 por cento em 2009, considerando uma fantasia os 0,6 por cento previstos pelo Governo no Orçamento do Estado.

Na entrevista à TVI, Manuela Ferreira Leite comentou desta forma o valor previsto pelo Governo: "Não há nenhum economista e mesmo não economista que não perceba que há aqui uma fantasia tremenda. E eu acho que não estamos em momentos de fantasia, este é um momento de falar verdade às pessoas".

Manuela Ferreira Leite defendeu que "a política subjacente ao Orçamento nunca poderá dar um crescimento de 0,6" por cento do Produto Interno Bruto (PIB) por ser uma "política apostada na despesa pública".

Instada a apresentar uma previsão alternativa à que o Governo inscreveu na proposta Orçamento do Estado para 2009, a presidente do PSD respondeu: "Eu, por uma questão de segurança, dificilmente admito que o crescimento possa ser muito superior a 0,2, nunca andar muito longe disso, 0,3 no máximo".

"Concorda com o primeiro-ministro quando diz que Portugal está a salvo de uma recessão?", perguntou-lhe a jornalista da TVI Constança Cunha e Sá.

"Eu não seria capaz de fazer semelhante afirmação, não sei em que é que ele se fundamenta", disse Manuela Ferreira Leite, considerando que tem um "discurso realista com o objectivo de ajudar o País" e não um "discurso catastrófico".

Quando em crise, a confiança é a primeira a ser abalada e a dirigente social-democrata afirmou que é nessas ocasiões que se deve falar sempre verdade à Nação, por muito desagradável que ela seja, desde que, simultaneamente, se esteja preparado para aplicar remédios e inspirar o cimentar da confiança e, com ela, o renascer do crescimento real e sustentado da Economia Nacional.

Na entrevista, centrada no Orçamento do Estado, Manuela Ferreira Leite comentou as declarações do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, segundo as quais as propostas do PSD de alteração do Orçamento agravariam o défice em 1.400 milhões, fazendo com que este ultrapassasse os três por cento.

"Fez uma afirmação que eu considero imprópria de um ministro das Finanças. Disse 'eu fiz umas contas e conclui que...'

"Ora, um ministro sério não pode dizer isso, Não se podem fazer umas contas. Eu fiz as contas", criticou a presidente do PSD.

"A propostas que nós fazemos são exclusivamente de apoio às pequenas e médias empresas. Há apenas um ponto em que aumenta a despesa e eu tenho o cálculo dessa despesa", acrescentou, salientando que todas as outras destinam-se a corrigir o pagamento antecipado de impostos e as dívidas por receber da parte do Estado, o que não é uma variante da receita.

A presidente do PSD não indicou o valor do seu cálculo mas, mais à frente, afirmou: "O custo da construção de seis quilómetros de auto-estrada pagariam a proposta que eu faço".

Lembrou que, a única inferência que se pode tirar das afirmações do Ministro, é que, se o pagamento atempado das dívidas do Estado o recebimento adiantado de receitas é o factor decisivo para o cumprimento do défice, então o Governo



está a cumprir essas metas à custa das médias e pequenas empresas, do seu atrofamento e a incapacitá-las de se organizarem positivamente, para o aumento do emprego e para o lucro e concomitantemente, para a recolha de mais valias em impostos colectados.

Enquanto o Governo for incapaz de o fazer, o PSD será violentamente crítico das suas acções.

Ante a crise, uma união de esforços com o PS, pressupõe que os socialistas a desejam e fazem um esforço para a realizar

Sobre o apelo do Presidente da República a uma união de esforços, Manuela Ferreira Leite considerou que, politicamente, uma união de esforços pressupõe dois movimentos na mesma direcção e não esperem que seja o PSD por si só, a acordar um apoio unilateral ao Governo e ao PS. “Temos de ser ouvidos e tomados em consideração, até porque é do mais rudimentar senso comum a bondade das nossas propostas e o muito que elas trazem a Portugal.”

A esse propósito afirmou que a próxima discussão do Orçamento é um bom teste «para ver qual é a intenção do PS de se aproximar ou não [do PSD] para tentar essa união de esforços».

“Se, cegamente, como têm feito noutros casos, pura e simplesmente não aceitarem nenhuma das nossas propostas, então quer dizer que não estão com nenhuma intenção de aproximação ao PSD”, acrescentou dizendo que “nessas circunstâncias, não esperem que o nosso Partido o faça só por si!”.

Questionada se mantém a frase que ficou no ouvido de todos os portugueses de que “não há dinheiro para coisa alguma”, Manuela Ferreira Leite declarou: “Mantenho. As pessoas acharam que eu era ‘o arauto da desgraça’; mas agora, não há ninguém que não diga que não há dinheiro para nada”.

A presidente do PSD defendeu no início da entrevista que a alegação negativista de que ela «não fala ao País, não apresenta propostas» é um golpe de baixa política “é um rótulo que tentaram colar-me, no sentido – no fundo – de apagar as muitas coisas que são ditas”.

Falar por falar, ou pior, falar com conhecimento dos assuntos, ou – pior que tudo – falar mentira, é que não devem nem podem esperar de mim e, também da Direcção do meu Partido., “Todas as questões, todos os problemas que estão, neste momento, na ordem do dia foram trazido a ela pelo PSD, fui eu que os introduzi. Eu introduzi a questão dos investimentos públicos, introduzi a questão da emergência social, introduzi a questão do desemprego, introduzi a questão das pequenas e médias empresas, introduzi a questão da classe média, da segurança”, reclamou.



Manuela Ferreira Leite sustentou ainda que depois de ter assumido a liderança do partido “já não se fala no esboramento do PSD”, que é visto “como alternativa ao poder” e “tem um nível de intenção de voto nas sondagens que é o mais alto dos últimos anos”.

Interrogada se pode garantir que será a candidata do PSD às legislativas de 2009, respondeu: “Garantias absolutas não de podem nem devem dar, em casos em que há factores como a Saúde e a própria Vida, que são decisivos. No entanto, posso garantir-lhe que se a saúde e a vida me permitirem serei, com certeza, candidata.”

Dois perguntas “de algibeira”...

A entrevistadora, de surpresa, diríamos, metaforicamente, “a salto” introduziu, já a terminar, a questão da eventual candidatura à Câmara de Lisboa de Pedro Santana Lopes, mas Manuela Ferreira Leite respondeu que “a presidente do PSD considera que ainda é muito cedo para decidir o candidato à Câmara de Lisboa” e que “seria completamente ridículo” convocar a direcção social-democrata por causa de um assunto – as eleições autárquicas – ainda afastado um ano,,”.

Manuela Ferreira Leite defendeu que, estando em causa critérios de exclusão de militantes do partido de candidaturas, salientou: “Eu não vou fazer saneamentos no partido”.

“Devo dizer-lhe uma coisa: em todas as situações na minha vida muito especialmente na política, tomo as decisões com base naquilo que considero justo a partir de análises profundas, nunca a pensar quais é que são os efeitos que isso tem sobre a minha pessoa”, acrescentou a presidente do PSD.

Manuela Ferreira Leite insistiu que na sua agenda estão neste momento o Orçamento do Estado para 2009 e a crise financeira e que, “quando for o momento certo, se resolverá o problema das autárquicas”.

“Nós sabemos que o dr. Pedro Santana Lopes mostrou a sua disponibilidade, que é um militante destacado do partido, não desconheço nada disso”, referiu.

Sobre a forma como este processo está a decorrer internamente e a discussão em torno da eventualidade de uma candidatura de Santana Lopes, Manuela Ferreira Leite considerou que “é o PSD no seu melhor, com todas as suas facetas, boas ou menos boas, um partido livre, de gente livre, um partido genuinamente Português” – Fontes: TVI, Lusa, Povo Livre

A Presidente esclarece: “O partido é uma equipa e nessa equipa não deve apenas falar o presidente”

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, refutou hoje em Bruxelas críticas de quem a acusa de se remeter demasiadas vezes ao silêncio, sustentando que “o partido é uma equipa e nessa equipa não deve apenas falar o presidente”.

“Aquilo que interessa é que o PSD fale e mostre a sua posição sempre que possível e sempre que necessário, e nesse aspecto ninguém é capaz de sugerir sequer um único tema sobre o qual o PSD não se tenha pronunciado”, declarou.

Ferreira Leite comentou que no entanto “ainda existe muito a tradição no país de que falar o partido tem que significar necessariamente falar o presidente do partido”.

“Eu considero que o partido é uma equipa e nessa equipa não deve apenas falar o presidente”, concluiu.

Manuela Ferreira Leite falava em Bruxelas, onde participou pela primeira vez, numa mini-cimeira do Partido Popular Europeu (PPE) - família europeia que o PSD integra -, preparatória da Cimeira de chefes de Governo e de Estado da União Europeia que decorreu em Bruxelas.

– Fonte: Lusa

No Parlamento, em foco o controlo das garantias à Banca

PSD, acompanhado pelo CDS, defendeu a necessidade de estabelecer um controlo parlamentar mais apertado sobre a concessão de garantias extraordinárias à banca e PCP e Bloco, pediram melhor “definição das condições”.

O debate parlamentar, que antecedeu a votação na generalidade e depois na especialidade da proposta de lei que estabelece a possibilidade de concessão extraordinária de garantias a instituições de crédito até 20 mil milhões de euros, ficou marcado por uma clivagem entre os partidos de Esquerda e Direita, com os primeiros a argumentarem que o governo está a favorecer a banca e os segundos a defenderem a necessidade da ajuda, dada a actual crise financeira.

O Bloco de Esquerda e o PCP argumentaram que o governo quer ajudar com este plano a banca, naquele que é “o maior pacote financeiro da história”, nas palavras do bloquista Francisco Louçã, mas que se recusa a disponibilizar dinheiro para os pensionistas e para os mais pobres.

Jorge Neto, do PSD, disse que o seu partido “não podia de deixar de ser solidário com o governo” neste processo das garantias, dada a “gravidade da situação” nos mercados financeiros, mas criticou a proposta do governo pela não especificação das condições de concessão dessa garantia.

A proposta de lei prevê que a comissão a cobrar às instituições de crédito que precisem de usar esta garantia seja definida pelo Ministro das Finanças, em “condições de crédito apropriado”.

A proposta do governo foi aprovada ao final da tarde, com os votos a favor do PS, PSD e CDS, os votos contra do Bloco de Esquerda, PCP e Verdes e a abstenção do socialista Manuel Alegre.

Alexandre Relvas eleito presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro

O dirigente social-democrata e ex-director da campanha presidencial de Cavaco Silva, Alexandre Relvas foi hoje eleito presidente do Conselho de Administração do Instituto Francisco Sá Carneiro, ligado ao PSD.

António Nogueira Leite, Carlos Coelho e Manuel Lancastre foram eleitos vice-presidentes, enquanto Diogo Vasconcelos, Fernando Guerra, Graça Proença de Carvalho, Joaquim Biancard Cruz e Jorge Bleck foram eleitos vogais, disse a agência Lusa fonte social-democrata.

O Conselho de Administração foi eleito pelos membros do Conselho Geral do instituto, que tem como presidente da Mesa Francisco Pinto Balsemão.

O mandato do Conselho de Administração do Instituto Francisco Sá Carneiro é de três anos.

De acordo com os estatutos, o instituto é uma associação sem fins lucrativos que tem como objectivos “a defesa e divulgação do ideal democrático e o estudo dos fenómenos culturais, sociais, económicos e políticos relativos a Portugal e à sua intervenção na comunidade internacional” e que organiza para o efeito grupos de estudo, conferências, seminários e acções de formação.

Mota Amaral foi o anterior presidente do Conselho de Administração do instituto, cargo que ocupou durante cerca de oito anos.

O ex-presidente do Governo Regional dos Açores foi eleito pela primeira vez presidente do instituto em Julho de 2000, substituindo no cargo a actual presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite.

Em 2003 Mota Amaral foi reconduzido e em 2006 eleito por mais três anos. Em Abril deste ano o ex-presidente da Assembleia da República anunciou a então direcção do PSD, liderada por Luís Filipe Menezes, a sua decisão de deixar o cargo.

Alexandre Relvas foi eleito membro do Conselho Nacional do PSD pela



lista de Manuela Ferreira Leite no último Congresso do partido, em Junho.

Antes, em 2007, foi mandatário nacional da candidatura de Marques Mendes às directas para a liderança do PSD, vencidas por Luís Filipe Menezes.

Alexandre Relvas foi secretário de Estado do Turismo entre 1991 e 1995, no segundo Governo chefiado por Cavaco Silva, e é desde 1996 vice-presidente da empresa Logoplaste.

Paulo Rangel denuncia “chumbo” ao Orçamento 2009

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, anunciou que o seu partido tem “uma posição claramente crítica” em relação à proposta do Governo de Orçamento do Estado para 2009.

Questionado sobre como é que o PSD votará a proposta de orçamento para 2009 na generalidade, Paulo Rangel respondeu: “Neste momento é preciso estudar o documento com todo o cuidado, precisamos de mais uns dias para o estudar, mas a posição é claramente crítica, isso sem dúvida”.

“Achamos que o apoio à dar às pequenas e médias empresas (PME) não é suficiente, não vai para lá daquilo que estava previsto, nalguns casos até vai haver situações de algum não apoio”, justificou Paulo Rangel.

O líder parlamentar do PSD criticou também a proposta de orçamento para 2009 por “não utilizar a folga do défice para o que deve ser”.

“A margem que o Governo encontrou, a diferença de 1,5 para os 2,2 por cento de défice, deveria ser usada em medidas de emergência social, por um lado, mas essencialmente no apoio à economia real. Vai ser usada em investimentos de larga escala e isso, nós criticamos claramente”, disse.

Sobre os “mega investimentos”, Paulo Rangel referiu que “muitas vezes implicam um gasto para o Estado mais tarde, de duas formas: com obras que se iniciam agora e implicam mais despesa noutros anos e com as garantias assumidas pelo Estado, que poderá vir a ter de executar se os privados falharem”, o que designou de “um orçamento sombra ligado aos grandes projectos”.

Interrogado sobre a actualização salarial de 2,9 por cento para a Administração Pública, o líder parlamentar do PSD observou: “Nem sabemos bem como devemos ler isso porque o Governo tem sistematicamente errado nas suas previsões, tem feito sempre actualizações salariais que têm em conta uma inflação que depois nunca se verifica, é sempre muito superior”.

“Sem analisarmos o fundamento das previsões do Governo é difícil tomarmos uma posição definitiva sobre essa matéria. Não há dúvida que a experiência dos últimos orçamentos revela que o Governo deu sempre um aumento com base numa inflação que depois nunca se veio a verificar”, reforçou.

A previsão de inflação inscrita no Orçamento do Estado para 2009 é 2,5 por

cento.

Sobre as previsões macroeconómicas inscritas no orçamento, Paulo Rangel considerou que “parecem bastante voluntaristas ou optimistas”, apontando “o caso do crescimento económico”, que o Governo prevê ser de 0,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

José Eduardo Martins acusa Governo de “adiar definitivamente” os Protocolos de Quioto

O antigo secretário de Estado do Ambiente (PSD) José Eduardo Martins acusou hoje o Governo de “adiar definitivamente” os compromissos do Protocolo de Quioto ao orçamentar para o Fundo de Carbono uma verba “abaixo do necessário”.

“Mais uma vez o Fundo de Carbono não vai ter as receitas que precisa e que o Governo tinha prometido”, afirmou à agência Lusa o deputado social-democrata e porta-voz do PSD para a área do Ambiente.

O Orçamento de Estado para 2009 propõe a atribuição de 105 milhões de euros ao Ministério do Ambiente, mais 17,1 por cento do que a estimativa de execução orçamental de 2008, sendo que 53,1 milhões de euros estão destinados ao Fundo Português de Carbono.

Este Fundo, destinado a ajudar Portugal no cumprimento do Protocolo de Quioto, tem sido financiado apenas por receitas fiscais, referentes a taxas sobre as lâmpadas mais gastadoras e sobre o gásóleo de aquecimento.

“O primeiro-ministro anunciou 354 milhões de euros para o Fundo de Carbono até 2012, ou seja, 70 milhões por ano. Mas o Orçamento prevê apenas 50 milhões para 2009”, disse o deputado, lembrando que “com a actual retracção do consumo não são as taxas sobre as lâmpadas” que vão sustentar um grande aumento das receitas.

José Eduardo Martins criticou ainda o “sub-financiamento” do Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, para o qual o OE destina 29,5 milhões de euros, e defendeu que o reforço das políticas de reabilitação urbana (representam 61 por cento do orçamento total do Ambiente) é “uma consequência do falhanço” da reforma do arrendamento urbano.

Rangel: «Inaceitável o Governo dizer que entregou o orçamento [para 2009] sem o ter entregue»

O líder parlamentar do PSD considerou hoje inaceitável “o Governo dizer que entregou o orçamento [para 2009] sem o ter entregue” e disse esperar um pedido de desculpas.

Em declarações à agência Lusa, Paulo Rangel manifestou “profunda indignação pela forma como o orçamento foi entregue” na Assembleia da República e criticou as declarações do ministro dos Assuntos Parlamentares sobre o assunto.

“O Governo marca a entrega do orçamento para as 15:30; depois, diz que entrega às 19:30, vem aqui fazer a entrega dizendo que entregou o orçamento todo, dá uma conferência de imprensa e dá entrevistas durante a noite e os mapas chegam às 23:30, alguns, não todos; e o relatório, que é de longe a peça chave de leitura, chega no outro dia às onze da manhã”, protestou o líder parlamentar do PSD.

“Como é que o Governo se presta ao papel de dizer que entregou o orçamento sem o ter entregue?”, questionou ainda, considerando que a situação “em nenhum país do mundo é aceitável”.

Questionado hoje sobre o assunto, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, salientou que os deputados tiveram acesso ao articulado e aos mapas da proposta de Orçamento do Estado para 2009 “um dia antes do prazo”, que terminava hoje, dia 15 de Outubro, e que “todo o processo foi legal”.

“Na noite de terça-feira os senhores deputados tiveram acesso ao articulado e aos mapas da proposta de Orçamento. Ganham um dia em relação ao que a

lei prevê para análise, escrutínio e preparação do debate da proposta de Orçamento”, vincou o ministro.

Quanto à entrega do relatório, Augusto Santos Silva argumentou que “o relatório não faz parte em sentido estrito da proposta de lei (embora faça parte integrante do conjunto do Orçamento)”, adiantando que, “na verdade, só ficou pronto durante a noite [de terça-feira]”.

“O que eu diria é que o senhor ministro dos Assuntos Parlamentares é mais papista do que o Papa. Ele, até pela função que ocupa, tinha obrigação era de ter pedido desculpas ao Parlamento por esta forma tão desastrada da entrega do orçamento”, reagiu o líder parlamentar do PSD.

“O senhor ministro dos Assuntos Parlamentares também tem a obrigação de prestigiar a Assembleia da República”, acrescentou.

Paulo Rangel referiu que o atraso com que os deputados receberam o

documento em relação à hora da cerimónia de entrega marcada pelo Governo “teve efeitos claros porque os partidos tinham equipas preparadas para analisar o orçamento, para poderem responder à opinião pública, para poderem fazer declarações mais detalhadas”.

“Se o Governo dissesse: não conseguimos ter nada pronto mas disponibilizamos já este documento antes e, depois, amanhã, entregamos o resto, enfim, pelo menos estava a ser verdadeiro, agora dizer ao país que entregou o orçamento sem o ter entregue é inaceitável”, considerou Rangel.

O presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, disse hoje que houve dois atrasos da parte do Governo em relação à entrega do Orçamento do Estado para 2009 e que terça-feira o documento não chegou na íntegra.

Hugo Velosa pede explicações à falta de anexos e mapas

O deputado do PSD Hugo Velosa afirmou que o Governo deve uma explicação à Assembleia da República por ter entregue a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2009 sem anexos nem mapas, o que constituiu uma situação inédita.

“O Governo tem o dever de explicar à Assembleia da República porque não entregou na íntegra o Orçamento do Estado, pois hoje [de manhã] ainda faltava o relatório e o PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central), o que constitui uma falta de respeito e é uma situação inédita”, disse à Lusa o deputado.

O deputado social-democrata referiu ainda que “sem o relatório, os mapas e o PIDDAC não é possível ao PSD pronunciar-se sobre a proposta de lei do Orçamento de Estado”.

“É o mesmo que não entregar nada”, rematou.

Paulo Rangel assinala e censura falta de documentação sobre a questão da dívida externa na apresentação do Orçamento

O líder parlamentar do PSD criticou o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, por ter omitido a questão da dívida externa na apresentação do Orçamento do Estado para 2009.

Por outro lado, Paulo Rangel defendeu que Teixeira dos Santos reconheceu o falhanço da política de habitação do Governo ao anunciar incentivos ao arrendamento no Orçamento do Estado para 2009.

Em declarações aos jornalistas, no Parlamento, o líder parlamentar do PSD considerou ainda “sobrestimada” a previsão de crescimento para 2009, de 0,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), embora ressalvando que desconhece “o suporte” dessa e das restantes previsões do Governo por não ter ainda a proposta de orçamento.

Sobre a previsão de 2,2 por cento de défice, Paulo Rangel comentou: “Nesta conjuntura pode fazer sentido, mas temos que ver se isso é para gastar em mega-projectos, em mega-investimentos - desperdício, então, não”.





Paulo Rangel sublinhou que ao apresentar o orçamento, o ministro das Finanças “sobre a dívida externa não falou nada” e questionou “como é que é possível fazer uma conferência só sobre as variáveis macroeconómicas do orçamento e não ter tido uma palavra para a dívida externa”.

“Preocupa-nos bastante perceber exactamente que tipo de medidas é que estão previstas em termos de endividamento das famílias, nomeadamente da dívida externa. Não vemos nenhuma preocupação com a dívida externa”, criticou.

Segundo o líder parlamentar do PSD esta questão ganha importância porque “neste momento a situação que Portugal atravessa não tem tanto a ver até com a má situação dos bancos - os bancos portugueses não estão muito expostos à crise financeira - mas tem a ver com a dívida externa e com o endividamento”.

Quanto à política de habitação, Paulo Rangel salientou que “o ministro fez bastante menção ao incentivo ao arrendamento”.

“Isto mostra que a reforma do arrendamento falhou por completo, uma coisa que, aliás, nós já tínhamos dito aqui várias vezes. Temos de ver as medidas em pormenor, não as conhecemos, o ministro disse que ele próprio não estava habilitado a dar os pormenores. Uma coisa é evidente: a política de habitação deste Governo ao fim de quatro anos falhou completamente, isto é uma coisa que fica claríssima com este orçamento”, sustentou o líder parlamentar do PSD.

Sobre a previsão de crescimento de 0,6 por cento, Rangel disse que lhe parece “uma previsão sobrestimada, tendo em conta estatísticas internacionais” e que o Governo tem manifestado “sempre algum voluntarismo e algum optimismo” nesta matéria.

“Mas queremos ver qual é o suporte destes dados, não nos queremos precipitar”, ressaltou.

Reiterando o discurso feito hoje pelo vice-presidente do PSD António Borges, Paulo Rangel defendeu que a margem orçamental deve “ser aplicada nas pequenas e médias empresas e nas situação social das famílias” e não em grandes obras públicas e frisou que pela intervenção do ministro das Finanças “nem sequer há grandes medidas sociais, porque ele disse que elas já foram sendo apresentadas ao longo do ano”.

Governo deve rever o programa de obras públicas, incluir incentivos à poupança ao emprego e acudir aos casos de urgência social

O PSD defendeu hoje que o Governo deve rever o programa de obras públicas, incluir incentivos à poupança e ao emprego e acudir aos casos de urgência social no Orçamento do Estado para 2009.

Em conferência de imprensa, na sede do PSD, o vice-presidente do



partido António Borges defendeu que “este é o momento de repensar todo o programa de grandes projectos e obras públicas que não fará senão agravar a situação financeira do Estado e pôr a economia em situação cada vez mais difícil”.

“Qualquer medida que se possa tomar beneficiando de alguma flexibilidade orçamental terá de ser orientada para reduzir os obstáculos ao emprego, para ajudar as medidas a serem mais competitivas e para atender aos casos mais agudos de urgência social”, acrescentou.

António Borges salientou que o PSD é a favor de “um programa que dê à poupança a importância que deve ter numa economia”, considerando que “este Governo tem sido particularmente negligente nesta matéria, tem dado grandes machadadas nos incentivos à poupança dos portugueses” e que “um belíssimo exemplo foi a triste história dos certificados de aforro”.

Questionado se o PSD poderá votar a favor da proposta de Orçamento do Estado para 2009, o dirigente social-democrata respondeu: “Se o orçamento que o senhor ministro das Finanças apresentar corresponder às prioridades de que aqui falámos, teremos todo o gosto em apoiá-lo, estaremos ao lado do Governo, se o Governo seguir a política certa”.

O vice-presidente do PSD considerou “também essencial que toda a política económica se oriente no princípio de recuperar a competitividade” e disse que o seu partido “rejeita todas medidas que não façam grande distinção entre empresas que se encontram numa situação económica muito difícil devido à concorrência estrangeira e as empresas que estão protegidas, instaladas e cuja prosperidade é indiscutível”.

Interrogado sobre as expectativas do PSD em relação à revisão da meta do défice para 2009, António Borges voltou à questão das obras públicas: “Neste contexto, todos os objectivos de contenção do défice se tornam mais difíceis. Aquilo que para nós é fundamental é que não se permita um relaxamento dos objectivos financeiros para continuar a gastar dinheiro mal gasto e sobretudo para agravar a nossa dependência financeira”.

“Começa a falar-se de relaxar os critérios de equilíbrio orçamental a que estamos obrigados por força da nossa participação na união económica europeia. Que fique claro que nós nunca concordaremos que se relaxem esses critérios e se abandone o esforço de reequilíbrio das contas públicas apenas para prosseguir numa política errada”, reforçou.

Sobre a situação económica do país, António Borges afirmou que o PSD acredita que “não vai melhorar nos próximos tempos”.

“As consequências da crise internacional vieram agravar muito a nossa fragilidade estrutural. Não temos uma perspectiva infelizmente de recuperação. Seria preciso uma política económica de facto muito diferente para se conseguir sair deste drama em que nos encontramos hoje”, acrescentou.

PSD acusou hoje o Governo de ter criado mais de 500 nomeações políticas e quadruplicado os gastos administrativos na Saúde

O PSD acusou hoje o Governo de ter criado mais de 500 nomeações políticas e quadruplicado os gastos administrativos com a legislação que reorganiza os centros de saúde e exigiu a suspensão do processo.

“O Ministério da Saúde prepara-se para nomear 74 directores executivos [de agrupamentos de centros de saúde] para substituir 18 sub-regiões de saúde”, declarou o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, em conferência de imprensa, no Parlamento.

Paulo Rangel acrescentou que “os 74 directores executivos vão nomear coordenadores e toda uma outra série de colaboradores: Pelo menos 500 e tal, podem chegar a 700”, acrescentou Paulo Rangel.

O deputado do PSD Carlos Miranda, também presente na conferência de imprensa, falou de um número superior: “mil novos comissários políticos” que entrarão em funções no início de 2009, ano de eleições.

“Foi este Governo que disse que toda e qualquer nomeação na Administração Pública seria feita por concurso e faz agora esta OPA (oferta

pública de aquisição) sobre a saúde. Não aceitamos esta OPA sobre a saúde”, declarou o líder parlamentar do PSD.

“Queremos que isto seja suspenso. Queremos que o Governo torne mais explícitos os critérios e que os directores executivos sejam escolhidos por concurso”, anunciou Carlos Miranda.

Em causa está o decreto-lei nº 28/2008, aprovado pelo Governo no final de Fevereiro, que determina o agrupamento dos actuais cerca de 350 centros de saúde e respectivas extensões em novos serviços denominados ACES (agrupamentos de centros de saúde).

Segundo o decreto-lei, ainda por regulamentar apesar de esgotado o prazo de 90 dias para o efeito, os ACES serão no máximo 74 e terão, cada um, um director executivo nomeado pelo Governo sob proposta da administração regional de saúde (ARS).

O decreto determina que “com a criação dos ACES são extintas as sub-regiões de saúde”, com delimitação correspondente à dos distritos.

Através de um projecto de resolução, o PSD recomenda ao Governo “que suspenda imediatamente o processo de nomeação dos directores executivos” e “que regulamente o procedimento da selecção dos directores executivos dos ACES mediante processo concursal”.

O PSD quer que também os coordenadores das unidades dos centros de saúde sejam seleccionados “mediante processo concursal” e não pelos directores executivos dos ACES como estabelece o artigo 15º do decreto-lei aprovado em Fevereiro.

De acordo com o líder parlamentar do PSD, a criação de 74 ACES em simultâneo com a extinção de 18 sub-regiões de saúde significa “gastar quatro vezes mais com a administração da saúde, só em vencimentos”.

Questionado se o fim de cerca de 350 cargos de director de centro de saúde não diminui o número de dirigentes, o deputado do PSD Carlos Miranda desvalorizou o facto e considerou que esses cargos não se podem comparar com os novos directores executivos dos agrupamentos.

“Os directores executivos dos ACES vão ter a mesma categoria dos presidentes das sub-regiões de saúde: dirigentes superiores intermédios do segundo grau, equiparados a sub-directores gerais”, sublinhou.

O PSD e o escândalo das instalações portuárias de Alcântara

O Dec.-Lei n.º 287/84, de 23 Agosto veio autorizar a Administração do Porto de Lisboa “a contratar com empresa após concurso público, a concessão do direito de exploração em regime de serviço público de um terminal de contentores nas instalações portuárias de Alcântara Sul”, sendo a



“concessão outorgada após homologação em Conselho de Ministros.”

Prevía ainda aquele Dec.-Lei que o prazo de concessão será de 20 anos, podendo a Administração mediante novo contrato, estabelecer um novo regime de exploração, por um ou mais períodos de 5 anos.

O Dec.-Lei n.º 298/93, de 28 de Agosto de 1993 estabelece o regime jurídico das operações portuárias, prevendo a concessão de serviço público, que a realizar-se deverá passar pela adjudicação mediante concurso público, nas condições do programa e caderno de encargos elaborado pelas autoridades portuárias e pelos ministros da tutela sectorial de acordo com as bases gerais das concessões estabelecidas por decreto-lei.

O Dec.-Lei n.º 324/94, de 30 de Dezembro vem” estabelecer as bases gerais das concessões do serviço público de movimentação de cargas nos cais e terminais portuários, tal como definia o Dec.-Lei n.º 298/93, de 28 de Agosto, determinando na sua Base XIII que “o contrato é outorgado por prazo determinado, não superior a 30 anos”.

O Dec.-Lei n.º 188/2008, de 23 de Setembro alterando as bases do contrato de concessão do direito de exploração, em regime de serviço público, do terminal portuário de Alcântara, concretamente a base XII, determina que a concessão vigorará até 31 de Dezembro de 2042.

Refere o Tribunal de Contas no seu Relatório de 27 de Setembro de 2007, com o n.º 23/2007-2ª Secção, Auditorias às Administrações Portuárias na sua página 8 que “a APL-Administração do Porto de Lisboa, líder no movimento de carga geral contentorizada, apresenta desafogadas capacidades instaladas e disponíveis, para fazer face a eventuais crescimentos do movimento de contentores.”

Alerta ainda o Tribunal de Contas na página 10 e 32 do mesmo relatório para o “limite de 30 anos imposto por lei” e a necessidade de o cumprir, salientando que o não cumprimento da lei é opositora “aos benefícios da livre concorrência por encerrarem o mercado por períodos de tempo excessivamente longos”.

Acresce que, como resulta da consulta de quadro da pag. 16 que a capacidade nacional de movimentação de carga contentorizada instalada é de 10.395 mil Toneladas, pelo que sabendo-se que a movimentação em 2006 foi de 5.198 mil Toneladas se conclui que a capacidade disponível nacional excedentária é superior a 50%.

Acrescente-se que a APSS-Administração Portuária de Setúbal e Sesimbra, vizinha de Lisboa tem utilizada apenas 5% da sua capacidade relativa a carga contentorizada.

Sabemos ainda pelo Relatório e Contas de 2007 do Porto de Setúbal que a “a nível dos terminais concessionados, se procedeu à



montagem do segundo pórtico de contentores no TMS-2, pela SADOPT, e o início de uma nova linha regular de contentores: a Holland Maas. Por sua vez, o TMS-1 recebeu, em 2007, a classificação de melhor performance pela UECC, tendo sido considerado um dos terminais mais seguros pela US Coast Guard. E ainda que este incremento foi obtido com um menor número de escalas comerciais: 1.446 navios entraram no porto, sendo 821 de carga geral, 387 especializadas, 147 de granéis líquidos, 78 de granéis sólidos e 13 porta-contentores, o que se traduz num aumento da competitividade do porto.

Saliente-se os elevados investimentos realizados em Sines supostamente relacionados com a intenção de captar carga contentorizada para aquele porto.

O Tribunal de Contas dá-nos conhecimento de que foram enviados exemplares deste relatório ao Primeiro-Ministro, ao Ministro das Finanças, ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ainda à própria Administração do Porto de Lisboa, que como se vê foram pura e simplesmente ignorados.

Entretanto o Governo ‘garante a legalidade da concessão até 2042 do terminal de contentores de Alcântara à Liscont’, com a justificação de ‘não estar em causa a celebração de novo contrato’ para concretizar uma prorrogação por 27 anos. A duração da concessão será assim de 57 anos sem existência de um concurso público.

O projecto Nova Alcântara anunciado em Abril último pelo Governo prevê entre outras obras o

enterramento da Linha de Cintura e a construção de uma única estação – Alcântara Rio – com acesso subterrâneo, a ligação daquela linha à linha de Cascais através de um túnel, a interligação ao Metro de Lisboa e obras para tornar o TCA um deep-sea, e ainda criação de zona de acostagem e operação de barcaças, garantindo o Governo na sua apresentação que tudo estará concluído até 2013.

Estranha-se esta urgência no prolongamento de uma concessão à revelia das mais elementares regras e conclusões do Tribunal de Contas, o prejuízo para a zona em que vai ser criada uma muralha intransponível, para mais quando o próprio presidente da APL-Administração do Porto de Lisboa num seminário em Bruxelas noticiado pela Lusa dia 9 de Outubro veio dizer que “o maior problema do Porto de Lisboa não é de capacidade, e sim de acessibilidades, informando que o Acordo da nova concessão com a Liscont vai ser assinado este mês, na mesma ocasião.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 162.º e do artigo 169.º da Constituição da República Portuguesa e ainda dos artigos 4.º, n.º1 alínea h) e 189.º do Regimento da Assembleia da República, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, vêm requerer a Apreciação Parlamentar do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de Setembro, que “visa introduzir alterações nas bases do contrato de concessão do direito de exploração, em regime de serviço público, do terminal portuário de Alcântara.” - Os

Deputados do GP-PSD,

Governo retoma a “política cega de fechos” na saúde

O PSD acusou hoje o Governo de retomar a “política cega de fechos” na saúde ao impor o fecho dos centros de saúde a partir da meia-noite, através de um artigo incluído num decreto-lei de Fevereiro.

“Nenhum dos centros de saúde vai poder funcionar à noite depois das 24 horas. É uma política cega de fechos que vai agora ser retomada. Isto pode ter efeitos muito negativos para os cidadãos”, declarou o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, em conferência de imprensa, no Parlamento.

O PSD entregou um projecto de resolução recomendando ao Governo “que regulamente o funcionamento dos serviços dos centros de saúde de forma a permitir uma mais ampla e flexível fixação do horário de funcionamento”.

Em causa está o decreto-lei nº 28/2008, aprovado pelo Governo no final de Fevereiro, que cria os agrupamentos de centros de saúde (ACES).

O artigo 6º do decreto estabelece que “os centros de saúde asseguram o seu funcionamento normal entre as 8 e as 20 horas nos dias úteis, podendo o horário de funcionamento ser alargado até às 24 horas, nos dias úteis, e, eventualmente, aos sábados, domingos e feriados, em função das necessidades em saúde da população e características geodemográficas da área por eles abrangida e da disponibilidade de recursos”.

O deputado do PSD Carlos Miranda, também presente na conferência de imprensa, acusou o Governo de “sub-repticiamente institucionalizar o fecho nocturno dos centros de saúde, institucionalizam o que eram despachos avulsos”.

“Para a população, sobretudo do interior, estes são serviços que nunca fecham”, referiu.

Paulo Rangel criticou o Governo por incluir esse artigo no decreto sobre a reorganização dos centros de saúde, considerando que “não era o local para fazer alterações aos horários de funcionamento”.

“O Governo faz isto para as pessoas não contarem com o serviço à disposição. Não vislumbro outra justificação a não ser a economicista”, disse, por sua vez, a deputada do PSD e ex-secretária de Estado da Saúde Regina Bastos.

PSD quer criar novo regime de internato para fixar os jovens médicos

O PSD quer reforçar os incentivos fiscais e criar um novo regime de internato para fixar os jovens médicos nos hospitais mais carenciados de especialistas, sobretudo os do interior do país.

Segundo o deputado social-



democrata Adão Silva, o projecto de lei que será discutido hoje no Parlamento, pretende globalmente “responder à carência de médicos em vários estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS)”.

O projecto propõe um novo regime de internato, em que em cada ano de formação o médico cumpra seis meses num hospital universitário, três meses numa instituição e outros três meses num hospital carenciado.

Depois desse internato, os jovens médicos terão de ficar vinculados nesse hospital pelo menos durante o mesmo número de anos que dure a formação da especialidade.

“Pretendemos ultrapassar o ciclo vicioso das capacidades formativas nos hospitais. No interior do país quase não há capacidade formativa em diferentes especialidades e, assim, não é lá colocado nenhum médico”, justificou à agência Lusa o deputado Adão Silva.

O social-democrata conta ainda que há casos de hospitais com “excelentes condições” de infra-estruturas, que acabam por quase não ter utilização, dada a falta de especialistas.

Um dos exemplos é o hospital de Macedo de Cavaleiros, que, segundo Adão Silva, tem “óptimas salas de cirurgia” com fraca utilização por não haver cirurgiões e especialistas.

Com esta proposta de internato, o PSD espera que “o Ministério da Saúde deixe de estar sujeito à ditadura da capacidade formativa dos hospitais”.

“Esta não é uma lei contra ninguém, é uma lei construtiva para corrigir as assimetrias do país. E os portugueses muito têm a ganhar, porque se evitam desperdícios de hospitais com capacidades mas sem especialistas”, sublinhou o deputado.

O projecto propõe ainda um reforço dos suplementos remuneratórios para que os médicos “sejam estimulados a fixarem-se nos hospitais mais carenciados”.

Segundo as contas do PSD, o Ministério da Saúde teria um custo anual de entre quatro e cinco milhões de euros com estas propostas.

Medicamento essencial que não existe em Portugal

O deputado Mendes Bota acaba de dirigir um conjunto de Perguntas ao Governo, relativamente a um medicamento bastante prescrito no domínio da oftalmologia, mas que não se encontra à venda em Portugal.

Eis o teor do documento explicativo e o conjunto de questões que Mendes Bota pretende ver esclarecidas:

“Em oftalmologia, no caso de afecções da conjuntiva ou da córnea, é usual a aplicação tópica de colírios. Vários oftalmologistas Portugueses e, nomeadamente, o Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto, têm vindo a prescrever, vulgarmente e de forma permanente, a utilização de um medicamento, com carácter essencial, cuja designação é “Colircusí Antiedema” (Cloreto de Sódio) – Colírio em solução.

Trata-se de um medicamento que exige receita médica e não existe à venda em Portugal, nem tem qualquer substituto conhecido. Os oftalmologistas prescrevem frequentemente este medicamento a muitos doentes, pois a circunstância de muitas das afecções oculares serem superficiais – da conjuntiva e/ou da córnea – permite bons resultados terapêuticos no uso local de medicamentos, com a vantagem adicional de a quantidade absoluta usada ser pequena, logo, com efeitos sistémicos reduzidos.

Apesar dos colírios conterem geralmente conservantes, o seu risco de contaminação é grande, pelo que deve haver o maior cuidado na sua aplicação. Por esta razão, a utilização de embalagens de dose única ou pequena, e essencialmente baratos, como é o caso do “Colircusí Antiedema” é de extrema importância.

No entanto, a sua aquisição obriga a ir a Espanha, embora alguns oftalmologistas, sabendo da grande

difficuldade dos doentes na sua obtenção, ceda normalmente 1 ou 2 embalagens para utilização imediata.

Pese a boa vontade desses oftalmologistas, é necessária a intervenção da Direcção Geral de Saúde com a maior brevidade, para que se garanta a distribuição do medicamento em Portugal, pois não é aceitável que os Portugueses sejam privados do uso de um fármaco tão simples e tão essencial, ou obrigados a ir a Espanha adquiri-lo, com todas as dificuldades inerentes.

Numa pequena investigação, o subscritor conseguiu encontrar o medicamento supra mencionado, no sítio electrónico do IFARMED, visitado a 08/10/2008:

<http://www.infarmed.pt>

o que causou alguma surpresa, pois apesar de a sua comercialização não existir em Portugal, a Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde dá indicações sobre esse medicamento, mostrando assim a sua importância.

Por tudo o que atrás fica referido, requeiro a V. Exa. que se digne obter do Ministério da Saúde resposta às seguintes perguntas:

1- É verdade que a prescrição do medicamento “Colircusí Antiedema”, pelos oftalmologistas, é frequente em Portugal?

2- É verdade que o medicamento “Colircusí Antiedema” não tem qualquer substituto no mercado Português?

3- Sendo verdade, quais as razões técnicas ou legais para que um medicamento tão simples e tão essencial, não seja comercializado em Portugal?

4- Há previsões, de prazos, para que o medicamento “Colircusí Antiedema” venha a ser comercializado em Portugal?” – **Gab. Dep. M. Bota**

Um requerimento do Deputado Luís Rodrigues sobre a divisão, pela linha do comboio, de Vila Franca de Xira

Destinatário: Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República:

A Linha do Norte divide a Cidade de Vila Franca de Xira em duas partes, afastando as populações do usufruto do rio e de toda a zona ribeirinha.

Recentemente foram efectuadas obras em Espinho que permitiram o enterramento da via-férrea numa Cidade, tal como Vila Franca de Xira, cortada ao meio.

Sendo que a Cidade de Espinho tem cerca de 10 mil habitantes, face a 18 mil habitantes de Vila Franca de Xira; ambas as cidades são atravessadas pela Linha do Norte com um movimento ferroviário idêntico; enquanto em Espinho a população estava privada do acesso à orla marítima, os vilafranquenses estão afastados da zona ribeirinha; em ambos os casos o percurso em causa é de cerca de 1 km.

Verificando que a situação é idêntica e que passados três anos a solução de Espinho está resolvida e a de Vila Franca de Xira não. Tendo em consideração que a REFER vai ter necessidade de alargar a Linha do Norte para 4 vias, tal como já existe entre Lisboa e Alverca do Ribatejo, para modernizar a Linha do Norte.

Assim, e face ao exposto venho ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais em vigor, apresentar ao Governo, através do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, as seguintes perguntas:

1. Qual o ponto da situação em relação ao enterramento da linha do caminho-de-ferro que atravessa a Cidade de Vila Franca de Xira;

Que projectos estão nesta data em curso para a reconversão/redimensionamento da Linha do Norte de Lisboa a Vila Franca de Xira? Prazos para a concretização das obras e custos previstos?

– **Luís Rodrigues**





Intervenção
Deputado Adão Silva
A.R., 15 de Outubro de 2008

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

A apresentação de um Projecto de Lei, como aquele que o PSD hoje traz ao debate parlamentar, prevendo incentivos à fixação de médicos em estabelecimentos e serviços carenciados, constitui uma urgência nacional.

Em primeiro lugar, porque a distribuição dos médicos pelo território nacional continua a não ser feita de forma equitativa, acentuando-se mesmo a concentração de médicos, em certos distritos do litoral, ao mesmo tempo que escasseiam na generalidade dos distritos do interior.

O distrito de Lisboa tem hoje quase cinco vezes mais médicos por 100 mil habitantes do que o Alentejo e o dobro do Algarve.

Em segundo lugar, de nada interessa rasgar o País de Norte a Sul e de Leste para Oeste com obras faraónicas, do TGV às autoestradas, se os serviços de saúde, aqueles que são essenciais ao bem-estar e à qualidade de vida das pessoas, continuarem a encerrar ou a funcionar de forma deficiente por falta de médicos.

Em terceiro lugar, porque o diploma que tem regido esta matéria nos últimos dez anos, o Decreto-Lei nº 112/98, se tornou, entretanto, ineficaz.

Esse diploma foi de uma oportunidade inquestionável.

Porém, as soluções que consagrou exauriram-se, como aliás se prova nas colocações de médicos em vagas carenciadas para o internato complementar de 2008.

Abertas 289 vagas em especialidades e estabelecimentos carenciados, apenas foram preenchidas 39, isto é, 13% dos lugares postos a concurso.

Vale a pena detalhar as razões para esta exaustão.

Primeiro, porque aquele Decreto-lei consagra disposições que, face à nova lei do contrato individual de trabalho na administração pública, não têm mais aplicabilidade.

Segundo, porque os incentivos financeiros e de carreira profissional previstos deixaram de interessar aos jovens médicos.

Terceiro, porque as soluções consagradas centravam-se numa óptica de serviço nacional de saúde, integralmente constituído pelo sector público administrativo, quando a realidade actual é a de um SNS onde o sector público administrativo coabita com o sector público empresarial.

Por isso, trazemos a debate este projecto de lei que é uma proposta que não repudia o que foi feito anteriormente e que pretende ser uma



solução para um problema premente que não pára de se agravar.

É ainda uma proposta oportuna porquanto promove a adequação das novas disposições da legislação do contrato de trabalho da administração pública ao caso específico da colocação de médicos em estabelecimentos e especialidades carenciadas.

É uma proposta sincronizada com a diversidade do actual serviço nacional de saúde, porquanto se sobrepõe à dicotomia sector público administrativo, sector público empresarial, este especialmente representado pelos Hospitais EPE.

É uma proposta em sintonia com os interesses e as ambições dos jovens médicos que, aos 25 ou 26 anos, ingressam no internato complementar.

De facto, ao prevermos a colocação durante 6 meses, em cada ano de especialidade, num hospital universitário e três meses num centro de referência no estrangeiro, da sua especialidade médica, propiciamos a esses jovens oportunidades de interacção e de contactos com realidades profissionais, que muito contribuirão para a excelência da sua formação e para o seu posterior desempenho.

Finalmente, é uma proposta que procura pôr termo a um ciclo vicioso que tem sido uma das razões para a não colocação de médicos nos distritos do interior.

Até agora, só podiam ser colocados médicos em internato complementar, em serviços aos quais fosse

reconhecida idoneidade e capacidade formativa.

Porém, como à generalidade dos serviços dos hospitais do interior, principalmente por falta de médicos, não era reconhecida capacidade formativa, não eram, por isso, colocados médicos internos.

A nossa proposta procura ultrapassar esta situação, ao prever que, quando houver pelo menos um médico da especialidade posta a concurso, em efectividade de funções, no estabelecimento em causa, poderá ser aberta vaga, porquanto a qualidade da formação do interno está garantida com o percurso formativo que terá de fazer em hospital universitário e nos centros de referência da sua especialidade no estrangeiro.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados
O PSD dá hoje aqui um importante contributo para a resolução de um problema muito delicado que afecta milhões de Portugueses para quem os serviços de saúde públicos estão cada vez mais distantes, mais inacessíveis e mais desqualificados.

Só nos move o bem das pessoas, apenas nos preocupa o interesse geral.

Por isso, esperamos que os demais grupos parlamentares nos acompanhem neste propósito, dando contributos e melhorando as propostas que apresentamos.

Disse.

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO JOSÉ DE MATOS CORREIA

NO DEBATE SOBRE A PROPOSTA DE LEI N.º 225/X (GOV) (16.X.2008)

Senhor Presidente
Senhores Membros do Governo
Senhoras e Senhores Deputados

O diploma que o governo apresentou a este plenário e que ora discutimos tem na sua base, como todos sabemos, a crise financeira que hoje atravessa o mundo.

Nessa medida, é importante que este debate sirva também para tecer algumas considerações sobre os contornos dessa crise, nomeadamente sobre a identificação das suas causas e das suas consequências. E que permita, igualmente, retirar ilacções quanto ao estado de coisas em Portugal.

De facto, face a uma situação cuja gravidade atingiu, no plano financeiro,



dimensões nunca anteriormente vistas, não faltaram de imediato as vozes habituais proclamando a morte dos mecanismos de economia livre, aberta e concorrencial e anunciando, "urbi et orbi", que tudo se fica a dever ao fracasso do processo de globalização económica.

Ora, quem quiser - ou estiver disponível - para levar a cabo uma análise minimamente objectiva da realidade das coisas, saberá concluir que essas panfletárias acusações não correspondem à verdade.

Em si mesma, a economia livre, aberta e concorrencial representa uma opção correcta - eu diria mesmo a única opção correcta, como a análise histórica comprova.



E a globalização, pela integração planetária que induz e pela partilha de valores, de objectivos e de princípios que propicia, tem dado um contributo inestimável para o progresso da humanidade, nos mais diversos planos.

Mas então onde reside o verdadeiro problema que conduziu a este estado de coisas?

A resposta é simples: à demissão do papel do estado e à incapacidade de levar a cabo a sua essencial missão reguladora.

Para nós, um raciocínio é linear: acreditar, convictamente, nos méritos do mercado e da globalização, não significa perder a capacidade crítica.

E não significa, sobretudo, qualquer receio de identificar os riscos que ambos apresentam ou de defender a necessidade de agir em ordem a limitar esses riscos e a combater os abusos que podem propiciar.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Os tempos mudaram. E mudaram muito.

Tais mudanças impõem aos estados e às instituições internacionais a capacidade de agir de modo diverso daquilo que tradicionalmente faziam. E há que reconhecer que, muitas vezes, essa percepção não fez ainda o seu caminho.

Assistimos, nos últimos dias, a uma actuação assumida e concertada dos estados – nomeadamente os que são membros da união europeia - para minorar as dramáticas consequências a que esta crise poderia dar lugar.

Mas, para recorrer a uma expressão popular, parece que apenas quando fez trovões se lembraram de santa bárbara.

Ora, do nosso ponto de vista, em vez de apenas combatidas quando ocorrem, crises deste tipo devem antes ser evitadas.

É de resto essa a preocupação que deve presidir a toda a actividade política: a lógica da previsão e da antecipação.

Porque só quando os políticos se comportam de acordo com essa linha de rumo os problemas podem ser prevenidos ou, se a sua ocorrência é inevitável, podem as suas proporções ser mantidas em níveis relativamente baixos.

Não foi isso que agora sucedeu. E tal não sucedeu porque a regulação falhou.

Falhou, no plano internacional.



Mas falhou, sobretudo, ao nível dos estados.

E essa é uma questão para a qual o PSD tem vindo a chamar insistentemente a atenção.

Uma questão que se aplica, igualmente, à situação no nosso país.

Como tantas vezes temos dito, a incapacidade do estado em identificar as funções que em cada domínio deve desempenhar só poderia agravar as dificuldades que o nosso país atravessa.

E, o que é pior, este Governo só contribuiu para acentuar os obstáculos que travam o nosso desenvolvimento e as fragilidades da nossa economia.

Incapaz, por puro preconceito ideológico, de discutir as questões essenciais, o Governo Socialista recusa-se a identificar com clareza as áreas em que deve caber ao estado uma função de prestador insubstituível.

As áreas em que lhe há-de competir uma função de forte e activo regulador.

E, ainda, as áreas em há-de estar a seu cargo uma eficaz função fiscalizadora.

Essa confusão de planos tem contribuído, de forma significativa, para criar um estado mais tentacular, mas simultaneamente mais fragilizado.

E, sobretudo, para dar lugar a um estado progressivamente mais incapaz

de proteger aqueles que se encontram em situações mais débeis.

Aqueles que mais carecem do apoio das instituições públicas.

Aqueles que mais dificuldade têm em atingir, de forma sustentada, um patamar de existência compatível com aquilo que a própria dignidade da vida humana impõe.

Nessa medida, é também importante que se diga, como já o fez a presidente do meu partido, que o governo socialista não se pode esconder atrás da crise internacional para justificar o fraquíssimo nível de desenvolvimento económico que o nosso país tem registado.

Os 0,8% de crescimento económico previstos para o corrente ano, e os 0,6% que a proposta de orçamento para 2009 contempla, não são, na sua essência, consequências da crise dos últimos dias.

São, isso sim, e primordialmente, resultado de mais de três anos de políticas económicas erradas, de que todos estamos e iremos continuar a pagar o preço.

E digo, iremos porque a proposta de orçamento para 2009 é muito clara em dois aspectos em que não poderemos, nunca, rever-nos: na permanência das políticas desadequadas e na cedência ao eleitoralismo fácil.

Uma cedência que, todos o sabíamos, iria inevitavelmente acontecer, porque é inerente ao comportamento político dos socialistas.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Mais ainda do que nos outros momentos, os tempos de crise devem servir de teste à força das nossas convicções.

E, por isso, em nome do PSD, quero deixar aqui a reafirmação de dois dos aspectos centrais do nosso ideário político.

Desde logo, a defesa – que fizemos e continuamos a fazer - de uma economia social de mercado.

Uma economia que assenta em regras de liberdade dos agentes económicos, mas que sabe combinar o respeito por essa liberdade com a intervenção reguladora do estado, única forma de garantir a estabilidade e a equidade e de, em consequência, proteger e incentivar os que entre nós mais precisam.

Em segundo lugar, e na mesma linha, a recusa da concepção de qualquer estado mínimo, mas também de qualquer estado demasiado interventor, tendência que hoje parece de novo desenhar-se nalguns países.

Somos, como já por vários vezes dissemos, adeptos de um estado na sua justa medida.

Um estado capaz de compreender, em cada momento, a necessidade da sua acção, mas também a latitude exacta da mesma.

Um estado que não renegue a sua essência de responsável último pela prossecução do interesse público.

Um estado, enfim, que demonstre ser forte face aos poderosos e aos interesses instalados, mas que, ao mesmo tempo, esteja sempre atento e solidário perante as dificuldades porque passam os cidadãos, as famílias, as empresas.

Essas nossas convicções são profundas. Fazem parte do nosso código genético. Mas, a percepção das verdadeiras causas da actual crise financeira só veio contribuir para as fortalecer.

Por elas continuaremos, com convicção, a bater-nos.

E é também em nome delas que afirmamos, uma vez mais, que temos para oferecer a Portugal e aos portugueses uma alternativa ao caminho errado que o actual governo tem vindo a prosseguir.

Disse.

Intervenção do
Deputado António Almeida Henriques
AR, 15 de Outubro de 2007
PAOD

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
A situação que se vive no seio da esmagadora maioria das empresas portuguesas é grave.

O Governo não tem nem nunca teve uma política virada para apoiar as micro, pequenas e médias empresas.

Há três anos que alertamos para este facto e para a necessidade de fortalecer o nosso tecido empresarial mais pequeno, afinal de contas a malha que faz mexer todo o País.

Muitas vezes alertámos, em diversos debates apontámos críticas e soluções, inclusive duas propostas de resolução com medidas concretas.

O Senhor Ministro da Economia brincou com os problemas e hoje, infelizmente, o tempo dá-nos razão!

A atmosfera que se vive entre os empresários é de grande angústia e incerteza!

Bem pode o governo, agora, refugiar-se na conjuntura internacional, mas esta não justifica tudo.

A crise financeira nada tem a ver com a crise económica das empresas.

É certo que a agrava, mas a crise já era visível, só o Governo não a conseguia descortinar.

Mas como é que se chega a esta situação?

Sempre que falávamos nas pequenas empresas, o Governo respondia com mais investimentos ou mesmo mega investimentos.

O Senhor Ministro da Economia chegou mesmo a decretar o fim da crise, sempre ofuscado pelas grandes empresas.

Várias vezes dissemos!

Desça à terra Sr. Ministro!

O tecido das pequenas empresas não vai bem, está cada vez mais enfraquecido, mais endividado, faltam medidas que o estimulem!

Os centros urbanos estão a desertificar-se, o pequeno comércio está a asfixiar e a fechar; nos centros das cidades e vilas, são mais as lojas fechadas do que as abertas!

A política fiscal do Governo, sobretudo nas regiões transfronteiriças, dá vantagem competitiva a Espanha, o que faz correr os portugueses para as compras no outro lado da fronteira.

Alertámos que a inovação deveria estar concentrada no Ministério da Economia, que deveria ser para criar valor e não uma mera palavra da moda.

O Governo não ouviu, e por isso estamos todos a pagar o resultado da ausência das políticas, a crise internacional não pode ser o bode expiatório.

O Governo tem que assumir os erros e as suas responsabilidades,



tomar medidas sem demagogia, sem o recurso permanente ao espectáculo, como já nos habituou, com um discurso completamente divorciado da realidade.

As empresas estão cada vez mais endividadas e com insuficiência de capitais próprios.

A Banca aperta o garrote, já não bastava o fantasma de Basileia II e as suas regras apertadas, agora é a banca, fruto da conjuntura internacional, que pressiona.

Se já era difícil cobrar, hoje é quase um milagre.

E o exemplo vem de cima.

O Estado, leia-se Governo, paga tarde e a más horas.

Em vez de apostar no pagamento das dívidas, como uma medida de estímulo à economia, opta por investimentos faraónicos de duvidoso impacto na economia portuguesa.

O Governo poupa no farelo e gasta na farinha.

Imaginem Senhores Deputados o impacto real que o pagamento das dívidas, superior a 2.000 milhões de euros, teria na economia e nas empresas!

Ao mesmo tempo, diz ao fisco para pressionar a cobrança, assiste-se a uma voracidade fiscal sem precedentes, penhora-se tudo e todos, basta um dia de atraso na entrega da declaração e lá

está a coima!

O Governo, no seu melhor, com dois pesos e duas medidas.

Senhoras e Senhores Deputados Há pois uma grande falta de liquidez nas empresas que as asfixia.

Quando se esperavam respostas pragmáticas, com eficácia imediata, o que faz o Governo?

Anuncia uma redução do IRC, com criação de dois escalões, com aplicação... quando?

Em 2010!

Nessa altura, muitos dos beneficiários directos já não existirão, fecharam as portas por falta de medidas de apoio neste grave momento em que precisam de ajuda!

Não é que a medida não vá no bom sentido, o PSD já a havia proposto, com um escalão de 100.000 euros, logo chumbada pela maioria socialista.

O problema é que o efeito é nulo, num momento de aperto como este.

O Senhor Primeiro-ministro anuncia uma nova linha de crédito de 1.000 milhões de euros, com recurso à garantia mútua e bonificação do juro.

Uma medida correcta.

Já em Janeiro de 2006 e Fevereiro de 2008, em projectos de resolução chumbados pelo Partido Socialista, tínhamos proposto medidas neste sentido, linhas de crédito às empresas com recurso à garantia mútua.

O Governo chega a esta solução com três anos de atraso!

Ao menos que aceite o nosso desafio e, com transparência, preste contas dos 750 milhões esgotados em poucos dias e prove o real impacto que tiveram na economia.

O resultado está à vista, no final da legislatura agrava-se a situação destas empresas porque o Governo não ouviu e não agiu!

Não ouviu a oposição que, duma forma construtiva apresentava soluções!

Não ouviu a sociedade e os ecos que iam chegando.

Mais uma vez, nos anúncios que faz, também não vai ao fundo da questão.

Não percebe que, entre as dificuldades de cobrança, o Estado mau pagador, a banca a apertar, a pressão fiscal, não deixa tempo aos empresários para gerirem as empresas!

Bom serviço ao País seria aceitar a proposta do PSD de que o IVA passasse a ser pago depois da cobrança da factura.

Ou reconhecer a injustiça que deriva de o Estado pagar mal, penalizar as empresas com esta prática e, ao mesmo tempo exigir o pagamento do IVA das facturas que não pagou.

O pagamento do IVA dos fornecimentos ao Estado, após boa cobrança, também ajudava a melhorar a liquidez das empresas, duplamente penalizadas.

Por outro lado, é imoral que o Estado execute uma empresa ou um empresário por dívidas ao fisco ou à segurança social, quando este tem créditos vencidos sobre o Estado.

Permitir as compensações de créditos era também uma medida adequada.

A abolição ou uma verdadeira redução do Pagamento Especial por Conta seria uma boa ajuda à economia; não é o que encontramos no Orçamento de Estado para 2009

Pagar os incentivos do QREN em atraso às empresas e associações também ajudava.

Colocar o dinheiro do QREN nos projectos também poderia estimular a economia.

A situação que se vive, não é só fruto da conjuntura internacional.

O Governo deveria ter seguido uma política económica que permitisse ter, neste momento, um tecido empresarial mais forte, com mais capacidade para fazer face à crise.

Ao invés, fez ouvidos de mercador e hoje, tudo está mais difícil para um segmento fundamental que emprega mais de dois milhões de pessoas.

É preciso agir, com urgência, fica cada vez mais tarde.

Tenho dito.



Silva Peneda aponta 10 pecados capitais do Orçamento de Estado para 2009

O Eurodeputado do PSD, José Silva Peneda apresenta em inédita mensagem vídeo os Dez pecados capitais do Orçamento de Estado para 2009, dos quais cinco são pelo que nele está contido e cinco pelo que nele está omitido.

Vamos aos cinco pecados que estão contidos no orçamento:

Primeiro, Portugal em 2009 vai crescer muito menos do que a média dos países da União Europeia. Em 2009 ficaremos ainda mais pobres do que os nossos parceiros comunitários.

Segundo, o peso da despesa pública atinge o valor mais alto de sempre 47,8% do PIB. Isto é, quase metade da riqueza nacional é consumida pelo Estado.

Terceiro, o deficit orçamental será mais o resultado do aumento da receita do que da redução da despesa. As projecções de aumento de receita para 2009 parecem ser muito optimistas, a não ser que o governo venha a recorrer a receitas extraordinárias, prática que tão violentamente criticou a outros governos. Admito que o faça até porque já o fez este ano cobrando mais de 830 milhões de euros de receitas extraordinárias, provenientes da concessão de barragens.

Quarto, Depois de tantos anos de penalização dos funcionários públicos é curioso verificar que é em ano de eleições que chegam as benesses. Cheira a eleitoralismo e do mais barato.

Quinto, O crescimento do investimento vai ser mais modesto em 2009 do que este ano. Quando o governo prometeu de forma solene aos portugueses que as verbas provenientes de Bruxelas estariam disponíveis para a criação de investimento público e privado a partir de Janeiro de 2007, verificamos que, em Outubro de 2008, ainda não se gastou um único euro proveniente dos fundos estruturais, contra pagamento de facturas de despesas feitas em investimentos. Dois anos já foram perdidos e o governo continua a insistir para que os pagamentos das grandes obras públicas venham a ser pagos pelos nossos filhos e netos, em montantes colossais de que não fazemos ideia concreta, ao mesmo tempo que não aproveita dinheiro que está a nossa disposição há quase dois anos. Assim continuará a ser em 2009.

Vamos agora aos cinco pecados que, por omissão, deviam estar incluídos no orçamento de Estado mas, por opção do governo, ficaram de fora.

Primeiro, na actual conjuntura faria todo o sentido que o Estado pagasse o que deve às empresas. Se o Estado se começasse a portar como



uma pessoa de bem, pagando as suas dívidas com os juros devidos, isso significaria um enorme apoio, que

muito aliviaria a tesouraria das empresas e as estimularia. Neste caso, o aumento do deficit orçamental até seria virtuoso, dadas as repercussões que teria na saúde das empresas e do emprego e caberia nas regras do pacto de estabilidade e crescimento, dada a decisão tomada ao mais alto nível europeu de tentar evitar, que a crise financeira contamine a economia real. Esta medida seria uma contribuição directa em direcção a esse objectivo.

Segundo, o aumento de dois escalões no IRC já tinha sido proposto pelo PSD em devido tempo. Agora, só em 2010 é que esta medida terá efeitos práticos, quando já poderia estar em

vigor.

Terceiro, não foi contemplado que o IVA passasse a ser cobrado quando da apresentação do recibo em vez da factura. Seria outra forma positiva de apoiar as empresas e o emprego.

Quarto, o governo não quis acabar de forma definitiva com o pagamento por conta.

Quinto, pelo que se conhece das partes interessadas, as medidas anunciadas para dinamizar o mercado arrendamento, vão criar mais confusão, o que parece supor que o diálogo entre os interessados foi curto ou mal conduzido.

- **Correspondente**

PE aprova legislação sobre o trabalho temporário Silva Peneda destaca maior protecção dos trabalhadores

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, a decorrer esta semana em Estrasburgo, os deputados aprovaram um Relatório sobre a Directiva relativa ao Trabalho Temporário. O Deputado europeu José Silva Peneda participou no debate que antecedeu esta votação e apoiou este Relatório, mostrando-se no final "muito satisfeito com este relatório que fecha um assunto pendente desde 2002."

Segundo Silva Peneda, esta é uma solução "equilibrada que protege os trabalhadores temporários, flexibiliza o mercado de trabalho e respeita o princípio da subsidiariedade."

Como explica o Deputado português, com esta proposta assegura-se, como regra geral, a igualdade de tratamento dos trabalhadores de agências de trabalho temporário desde o primeiro dia de trabalho, mas também se oferece a possibilidade dos parceiros sociais, se assim o entenderem, acordarem de forma diferente.

Silva Peneda destaca que, tendo em conta a diversidade entre Estados-Membros a nível de práticas e legislação neste campo, "parece-me motivador" que o Parlamento, Conselho e Comissão tenham chegado a um acordo. Este acordo reflecte-se num enquadramento estável para as agências de trabalho temporário, cujo papel actual no mercado de trabalho europeu é negável. Na sua opinião, esta "transparência regulamentar acrescida poderá facilitar a geração de emprego bem como a flexibilização de novas formas de trabalho."

De seguida, Silva Peneda, reconheceu que "a evolução das economias obriga a uma maior flexibilidade do mercado de trabalho" mas entende que essa flexibilidade "só será vantajosa para todos se for obtida na observância do respeito pelos direitos dos trabalhadores em todos os aspectos e, em especial, naqueles que têm a ver com a saúde e segurança no local de trabalho." - *Do nosso correspondente*

Carlos Coelho e Vice-Presidente da Comissão Europeia visitam Central do SIS e avaliam atraso no projecto



Por convite do Vice-Presidente da Comissão Europeia Jacques Barrot, Carlos Coelho visitou, na segunda-feira, em Estrasburgo, o centro operacional do Sistema de Informações

de Schengen. Carlos Coelho é o Relator permanente do Parlamento Europeu para Schengen.

A visita que teve lugar às 19.00 foi feita por Jacques Barrot e Carlos Coelho e serviu para avaliar no terreno o estado dos trabalhos de preparação do SIS-II.

Recorde-se que a segunda geração do SIS (o SIS-II) devia já estar em funcionamento desde 2007 e a nova data que foi apontada é, agora, Setembro de 2009. Esta segunda geração permitirá mais funcionalidades (como a introdução de dados biométricos e a pesquisa inteligente e articulada dos alertas) aumentando a segurança no Espaço

Schengen e permitindo um melhor controlo das fronteiras externas.

Ainda há um mês, na aprovação de dois Relatórios seus sobre a matéria, Carlos Coelho tinha-se manifestado apreensivo com os atrasos neste projecto e avançou, pela primeira vez em público, a suspeita que uma vez mais o prazo fixado venha a ser desrespeitado.

Na sequência desta visita, Carlos Coelho admite, se vir necessidade, convocar uma Audiência Parlamentar no Parlamento Europeu para apurar responsabilidades num projecto que vem sofrendo atrasos sobre atrasos e cuja necessidade cresce de dia para dia.

- *Marques Duarte, n/ Correspondente*

Artigo de Opinião 1

Qual «esquerda», qual carapuça!...

Alberto João Jardim (*)

O Conceito hegeliano de «direita» prende-se com as filosofias, do próprio Hegel inclusive, que desenvolvem, aprofundam e ajustam ao tempo, as tendências conservadoras mais proeminentes numa sociedade.

E o conceito de «esquerda» traduz todas as tendências políticas contrárias ao conservadorismo político, apenas e só por tal consideradas «progressistas».

Nas Democracias civilizadas, «direita» e «esquerda» foram-se moderando, ao ponto de cada uma das partes admitir e absorver alguns Valores da outra, de encontro às tendências que a evolução cultural democrática gerou nas Opiniões Públicas, estas cada vez mais sofisticadas na procura de equilíbrios político-sociais.

O que faz os politólogos falar de «centrão», de certo modo resultante de um cómodo e passivo emburguesamento social, material e até intelectual.

Daí que, nos léxicos partidários, fossem aparecendo mais as caracterizações «centro-direita» e «centro-esquerda», reservando «direita» e «esquerda» puras, para denominar campos já de uma certa radicalização.

É o que, de uma forma geral, hoje se passa na União Europeia, incluso devido às decisões com preocupação consensual que, umas vezes bem, outras mal, normalmente são assumidas.

...

Em Portugal, apesar de a I República ter caído em 1926, o processo democrático nascido do 25 de Abril de 1974, pela sua novidade dados os cinquenta anos depois, não se revestiu de normalidade quanto a estes conceitos. Pelo facto de a referencia «direita» ser identificada com a ditadura bem derrubada, foi apagada da Opinião Pública a existência de «direita» ou «centro-direita» absolutamente democráticos, participantes e intervenientes nos Governos das Democracias civilizadas.

Omissão informativa que significou distorção. Que a propaganda dominante no controlo dos meios de comunicação social se encarregou de desenvolver facciosamente até à exaustão.

Ao ponto de o fascismo estalinista e outros projectos totalitários semelhantes, terem sido vendidos como «progressistas», enquanto que correntes políticas bem progressistas em toda a Europa e que a Esta haviam desenvolvido, eram mentirosamente apodadas de «reaccionárias» ou mesmo de «fascistas»!

Ao que chegou a má-fé!

Aproveitou-se, assim, o estádio cultural obscurantista que a ditadura gerara nas pessoas, em termos de enfiar todas essas balelas vergonhosas!

Mas o problema não se ficou por aqui.

Pior. As eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975, donde resulta a Constituição ainda hoje em vigor apesar de algumas revisões ulteriores, tais eleições decorreram no auge desta desinformação e distorção, com evidentes limitações à liberdade do sufrágio, nomeadamente quanto aos partidos políticos a que oficiosa – e indevidamente alguns casos – se caricaturizava de «direita».

O triunfo da ignorância imposta.

O que levanta a questão da legitimidade democrática da actual Constituição, no tocante à sua origem.

Porque, apesar do 25 de Novembro, por «medo» do partido comunista não se realizaram então eleições livres para uma Assembleia Constituinte.

Aprovou-se o que se aprovou, o partido comunista agradeceu, não se referendou democraticamente o novo texto constitucional e neste se estabeleceu a proibição de os Portugueses, democrática e soberanamente, referendarem qualquer norma da dita Constituição.

As posteriores revisões constitucionais, matéria essencial respeitante à vida de dez milhões de Portugueses, tornaram-se privilégio exclusivo do entendimento de para aí meia centenas de cidadãos, tantos quantos somarão os directórios nacionais dos dois maiores partidos!

Ficou assim desenhado, implantado e imposto o Sistema político-constitucional que ainda hoje temos, com a agravante da sua dogmatização anti-democrática, com uma não rigorosa Separação de Poderes, com a democracia representativa marcada pela fragilidade que os poderes de facto existentes e que não têm legitimidade electiva, efectivamente lhe impõem.

A partir disto, o Sistema está viciado.

Ao ponto de, passados trinta e quatro anos, se continuar a ler e a ouvir as mesmas balelas e mentiras escandalosas, e termos decisores políticos e partidários que se deixam condicionar por pressões que lhes são descaradamente externas.

Logo, o Sistema estratificou-se, esclerosou-se.

Continua-se a chamar «esquerda» ao que há de mais conservador do próprio Sistema, ao que continua a levar Portugal pelos caminhos mais retrógrados e ultrapassados. E a exorcizar como «direita», todos os que querem progressivamente fazer as mudanças de fundo, essenciais para os Portugueses recuperar um futuro melhor!

Que aldrabice e vigarice institucionalizadas! Usando e abusando da passividade e da mortificação conformadamente vividas pela Nação portuguesa e pelas Instituições que fizeram Portugal. Doenças congénitas, ao que parece, desde os últimos tempos da II Dinastia.

Os actuais partidos políticos, porque conformados e comodamente identificados com o Sistema, são bem todos eles «a direita», até porque condicionados por forças situacionistas que lhes são exteriores.

«Esquerda»?...Só quem pretenda mudar «isto». Alterar o que está. – (*) *Jurista, Presidente do PSD/Madeira e Presidente do Governo Regional*



Não é a Crise, mas o Governo de Sócrates, que asfixia as PME

José Palma Rita (*)

No meio de desastrosa governação para a maioria dos portugueses, o Orçamento de Estado 2009 é vendido como o redentor de todos os males recentes. Anunciar o alívio da carga fiscal de famílias e empresas, obrigaria o Governo a esclarecer quanto a aumentou antes.

Um orçamento eleitoralista não resolverá por si só os problemas estruturais do país, nem preparará o mesmo para enfrentar com sucesso a actual e outras eventuais crises financeiras. Poderá também não ser suficiente para aliviar a asfixia em que as micro e pequenas empresas se encontram.

Uma boa parte da asfixia das pequenas empresas é resultante da actuação do Governo, tanto ou mais do que da crise financeira mundial, por dois motivos básicos: a falsa reforma da Administração Pública e a retenção indevida dos pagamentos do Estado aos fornecedores. Ambas as causas estão interligadas.

Por um lado, a anunciada reforma da AP não passou de mera propaganda que conduziu a elevados prejuízos pessoais e profissionais de muitos funcionários públicos, bem como à substituição de custos internos por aquisições externas nem sempre bem geridas. O resultado não é uma melhoria substancial do funcionamento do aparelho administrativo do Estado, antes pelo contrário, a par da intensificação de muito compadrio e incompetência na gestão da coisa pública, resultando em níveis acrescidos de desperdício e diminuição da eficiência do Estado, com implicações nos níveis de competitividade do país.

Algumas unidades orgânicas da AP foram extintas e outras foram criadas, nem sempre com lógica ou articulação suficiente quanto às suas missões, gerando dispersão de competências e lacunas de tutela em várias áreas funcionais, conduzindo a que tenham sido extintos organismos que encomendaram obras e adquiriram serviços, sem que haja agora substituto que receba definitivamente a obra ou valide a prestação do serviço.

O resultado da incorrecta ou inexistente transição de processos, de competências e de capacidade de decisão, é o sucessivo adiamento da libertação de garantias bancárias a pequenas empresas, bem como a recusa do pagamento das aquisições. Suportar por vários anos esta situação, receber aos bochechos sem juros de mora, mas ter que pagar a tempo e horas as contribuições à segurança social, o IRC e o IVA, sob pena de penhora de bens pelo Estado, gera situações de verdadeira asfixia financeira às pequenas empresas.



Para além deste incumprimento do Estado, as dificuldades aumentam com a recorrente mas cada vez mais cara solução do crédito bancário por parte das pequenas empresas, evitando cair em situação de incumprimento para com a AP, de forma a que a relação de fornecimento se possa manter. Ora, é aqui que entra outra actuação do Governo que troca as voltas às pequenas empresas e agrava a sua já difícil situação: a centralização do poder decisório.

Ao contrário do que o Governo apregoa diariamente, assiste-se hoje em Portugal a um dos mais intensos processos de concentração de competências que desde a década de 1980 vinham sendo conquistadas pelos serviços desconcentrados, nomeadamente no que se refere aos serviços de suporte ao funcionamento da AP, entre elas as aquisições de bens e serviços. A tendência natural é a do aumento do volume dos pacotes de bens, serviços e empreitadas em concurso, deixando de fora as pequenas empresas do interior do país, em benefício dos grandes grupos económicos de dimensão nacional.

Para além do encerramento de escolas, centros e postos de saúde, postos da GNR e serviços variados da Administração Pública, o facto de 1/3 das PME não terem ainda pago o subsídio de férias aos seus trabalhadores (estimados em cerca de 30.000) deveria levar o Governo a reflectir sobre a sua quota de responsabilidade nas dificuldades das mesmas, quando se aproxima o Natal. A quem vão os pequenos empresários preferir pagar: aos trabalhadores ou ao Estado?

— (*) Presidente da CPS de Évora, JPRita@Gmail.com

Quo vadis, Sindicalismo?

Ricardo Rio (*)

Recordo dos meus tempos de Faculdade a opinião daquele professor que fazia questão de frisar um verdadeiro paradoxo intrínseco à implementação de uma determinada forma de espírito corporativo. No caso, sustentava que, ao contrário do que se podia pensar, *os Sindicatos não defendiam os interesses dos trabalhadores em geral, reivindicando apenas as pretensões dos seus filiados contribuintes.*

A ideia explica-se resumidamente: por norma, os sindicatos defendem aumentos dos salários e uma maior rigidez das leis laborais, o combate ao trabalho precário e as restrições a todo e qualquer tipo de despedimento. Com tal atitude, estão a pôr em causa as hipóteses de integração profissional dos trabalhadores despedidos,



usualmente com menores qualificações e menores possibilidades de ver defendidos os seus interesses.

É óbvio que esta situação traz consequências de proporções

imprevisíveis sobre as relações de poder no seio dos Sindicatos e a capacidade de afirmação e representatividade destes organismos, além de tensões de diversa ordem no seio da mole trabalhadora.

Naturalmente, também, esta situação é tão mais pertinente quanto maior for o número de trabalhadores no desemprego, pelo necessário aumento dos conflitos existentes.

Em Portugal, ao longo da última década, os períodos de diminuição da taxa de desemprego permitiram minimizar estes efeitos o que, conjugado com uma certa incapacidade de mobilização destas entidades e com as menores oportunidades de fazer valer as suas reivindicações num contexto de determinação das opções político-económicas fortemente condicionado por opções estratégicas de integração

com o exterior, vem remetendo os Sindicatos para intervenções de cariz algo distinto: no domínio da formação e reconversão profissional, na mediação de casos pontuais, etc.

Mais recentemente, nova escalada dos níveis de desemprego, os sucessivos processos de despedimento colectivo e de encerramento de unidades fabris e a condução de políticas públicas mais ou menos acintosas para com certas classes profissionais, voltaram a devolver um forte protagonismo a estas estruturas e reforçaram a sua capacidade de mobilização dos seus representados, com acções de rua com o impacto das que abrangeram recentemente a classe docente.

Independentemente das transformações verificadas em sede de

Código de Trabalho e de organização da Administração Pública, constata-se, pois, que estes são tempos em que é dada uma nova oportunidade às estruturas sindicais de reassumirem o seu papel mediador e de defesa da “classe trabalhadora” em sede de concertação social e de opinião pública.

Até por isso, situações como as que recentemente se verificaram em estruturas como o Sindicato Têxtil do Minho ou o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte podem constituir-se como sérias contradições nessa reabilitação da imagem e do papel destas estruturas.

No primeiro caso, o líder da Nova Democracia, Manuel Monteiro, denunciou (e não foi totalmente contraditado) que esse Sindicato exigia que os trabalhadores abdicassem de uma parcela das suas indemnizações de despedimento, em benefício da estrutura sindical (supostamente para suportar as custas judiciais envolvidas).

Mais recentemente, o ex-líder do CDS apresentou documentos em que se demonstrava que a percentagem a cobrar aos trabalhadores não sindicalizados poderia atingir os 8 a 12 por cento do valor da indemnização que viessem a obter.

Na sequência de tal denúncia, que Manuel Monteiro encaminhou para a Procuradoria Geral da República e para o Ministro do Trabalho e Solidariedade, Vieira da Silva, abriu-se a discussão em torno da razoabilidade da cobrança destas importâncias por parte das estruturas sindicais, como contrapartida da representação neste tipo de processos dos trabalhadores não filiados.

No segundo caso, o Sindicato terá assumido um papel determinante na decisão de encerramento da empresa TELCA de Braga, como forma de viabilizar o pagamento dos valores em dívida aos credores da Empresa – em que se incluíam instituições financeiras e ex-trabalhadores –, mas contra a vontade dos cerca de 70 trabalhadores actuais da empresa, muitos dos quais não sindicalizados (como estes fizeram questão de expressar em documento subscrito pela maioria e divulgado pelo Diário do Minho).

Segundo tais trabalhadores, a actuação do Sindicato teria contribuído para o “encerramento criminoso” de uma empresa que punha em causa os referidos 70 postos de trabalho, acusação esta já refutada pela estrutura sindical.

Ainda assim, numa e outra circunstância, pode colocar-se a questão: razão tinha o meu professor?

- (*) *Jurista, Presidente da CPS de Braga, Vereador da Câmara de Braga, n/ correspondente*

A opinião dos outros

O Governo e Jorge Coelho

Pedro Lomba (*)

Aqui há uns tempos, quando Jorge Coelho marchou para a presidência da construtora Mota-Engil, o mundo português dividiu-se. Para uns, a Mota-Engil era livre de escolher quem quisesse para a sua administração, até aquele que é possivelmente o português mais influente junto do Governo. Para outros, mesmo que a idoneidade de Jorge Coelho estivesse fora de causa, essa escolha iria pôr em suspeição permanente as relações entre o Estado e a construtora. Uma suspeição que até poderia revelar-se infundada, mas que seria difícil eliminar.

Agora, vejam bem, o Governo decidiu, já em fim de mandato, renovar o contrato de concessão do terminal de contentores de Alcântara à Liscont, uma empresa maioritariamente detida pelo grupo Mota-Engil - renovação acompanhada de uma apreciável melhoria das condições do contrato (aumenta a área disponível para a instalação de contentores). Aquilo de que qualquer lisboeta está absolutamente farto - ver a zona ribeirinha atravancada pelos contentores da actividade portuária -, não só irá continuar como irá crescer em densidade. O PSD reagiu invocando o favorecimento da empresa da Mota-Engil e tencionava pedir a apreciação parlamentar da decisão do Governo. Eu não sei nem posso garantir se o Governo favoreceu aqui a empresa do “amigo” Jorge Coelho. Mas se a função do jornalismo é fazer perguntas, eu aproveitei para fazer as minhas. Há uns anos, numa notícia de 2 de Maio de 2005, o Diário de Notícias dava conta de que o grupo Tertir pedia ao Governo que clarificasse a sua posição sobre a localização da actividade portuária, porque estava insatisfeita com a ideia de ter de deslocar o terminal portuário para fora de Lisboa a fim de se “devolver” a área ribeirinha à população. Convém notar que a Tertir era então proprietária da Liscont e, para além de temer os custos inerentes à construção de uma nova central de contentores, tinha interesse natural em renovar a concessão do terminal de Alcântara. É escusado acrescentar que o Governo não clarificou nada, sempre sob o pretexto de que a área ribeirinha seria libertada para se tornar no espaço de lazer e liberdade que os lisboetas esperam há décadas. Então o que fez a Tertir? Em 2007, vendeu a sua posição na Liscont à Mota-Engil, que assim passou a controlar a empresa. **E é essencialmente isto que importa esclarecer: como é que antes a renovação do contrato de concessão desejada pela Tertir parecia uma tarefa impossível por força dos planos governamentais de abertura da área ribeirinha e, assim que a Liscont passa para as mãos da Mota-Engil, o contrato de concessão é logo celebrado, ainda por cima com condições mais favoráveis?** De resto, este é só mais um exemplo de como Lisboa e os lisboetas são tratados por quem nos governa. – *Jurista, jornalista - pedro.lomba@eui.eu . © DN*

Cartas ao P. S. D.

Da nossa simpatizante Sónia Lopes (Eng^a Química, de 29 anos), recebemos esta mensagem, que agradecemos e com a qual inauguramos uma nova secção do «Povo Livre»: as “Cartas ao Director”, que está aberta a todos os utentes do nosso “Site”, bem como do “Povo Livre”.

Todos os textos serão publicados sob apreciação da Direcção do Povo Livre, reservando-se a Redacção o direito de publicar os textos no todo ou em parte, de acordo com os critérios redactoriais que nos regem. Pedimos aos nossos correspondentes moderação na redacção das mensagens e a natural polidez que esperamos de quem nos escreve.

Agradecemos desde já a vossa colaboração e aqui a esperamos. Muito Obrigado

A propósito da entrevista da Presidente do PSD à TVI

Sónia Lopes (*)

A propósito da entrevista da Dr.^a Manuela Ferreira Leite aprez-me escrever algumas linhas. Nos meus tempos de faculdade tive a oportunidade de assistir a várias discussões de teses de PhD e numa delas um membro do júri proferiu uma frase que me marcou pela confusão sintáctica nela empregue. Dizia ele o seguinte. «Sobre a sua dissertação só tenho um adjectivo para a caracterizar: Gostei.» Não querendo plagiar ninguém, faço, no entanto, uso da mesma expressão.

Sem ter ambições políticas sou uma espectadora atenta daquilo que se diz, daquilo que se faz em termos políticos em Portugal. Gosto de ouvir esgrimir argumentos sustentados em busca da melhor decisão para o país; detestando porém, a política dos ataques pessoais, das guerrinhas voluntárias e sorrisos cínicos que tantos gostam de vestir.

Sou assumidamente do PSD embora a travessia dos últimos tempos me tenha deixado com algum desalento de espírito. Acredito, no entanto, que estamos nos meandros da Mudança. Gosto da Dr.^a MFL pelo seu estilo sóbrio, inteligente e assertivo não se deixando levar por actuações populistas que muitas vezes levam o comum dos mortais a ter esta reflexão: «Políticos? É tudo farinha do mesmo saco!». Urgia aqui mudar de rumo e a Dr.^a MFL está a mudá-lo.

Quando se envereda por uma profissão mediática e de exposição permanente, difícil será agradar a gregos e troianos e quando se tenta agradar a todos começam a notar-se mudanças fugazes de atitudes, divergências de pensamentos e afirmações; incongruências nas posições políticas. Por isso, o PSD não pode cair no erro de tentar agradar a todos... seria o fim do artista. Deve portanto agir em conformidade com os seus valores sem se deixar abalar por ataques de poderosos ou simples free lancers da política.

Acredito piamente que é possível fazer mais e melhor.

Dr.^a MFL acredito na sua capacidade de fazer algo de bom por Portugal. Eu não tenho dúvidas quanto à minha escolha e a quem devo dar o meu voto de confiança.

Obrigado pela oportunidade de voltar a acreditar no PSD, na política e em Portugal.

- (*) *Engenheira Química*

Notícias de Aveiro

Plenário Concelhio social-democrata, contra Orçamento de Estado e PIDDAC para Aveiro

Os militantes da Secção Concelhia de Aveiro do PSD, reunidos em Plenário, no passado dia 17 de Outubro, decidiram divulgar as principais conclusões sobre o momento político e partidário vivido a nível nacional, que resultaram da sua reflexão.

Assim,

1) Manifestam o seu apoio à decisão da Direcção Nacional do Partido de votar contra o Orçamento de Estado para 2009. Orçamento eleitoralista, que vende ilusões, com base em pressupostos enganosamente assumidos.

Este Orçamento confirma o falhanço do modelo de desenvolvimento económico do Governo do Eng^o Sócrates, que fez Portugal recuar da 25^a posição do “World Economic Forum” para a 43^a, confirmando a perda de competitividade da economia portuguesa, acentuando a divergência face à média dos Países que integram



a União Europeia.

2) Manifestam a sua concordância com as medidas que o PSD vai propor na especialidade, e que dizem directamente respeito às famílias e às PME's, neste difícil momento vivido por estes dois pilares da sociedade portuguesa.

Nomeadamente, a redução da Taxa Social Única em 1%, o alargamento excepcional do período de atribuição do subsídio de desemprego, a reposição do regime dos certificados de aforro, a alteração do regime do IVA para que seja pago ao Estado apenas depois de ter sido recebido pelas empresas, bem como a extinção do pagamento especial por conta.

3) Consideram também uma ilusão a forma como é valorizado o PIDDAC para o Concelho de Aveiro, em que para além de se incluir uma obra de um concelho vizinho, mais de 96% respeitam a obras de âmbito mais regional e nacional do que propriamente local, como são os casos da ligação ferroviária ao porto de Aveiro e os investimentos na Universidade, deixando em contrapartida esquecidos ou com dotações insignificantes projectos que são importantes para o Município de Aveiro.

Aliás, mesmo assim com valores mais baixos dos que eram normais quando o PSD era Governo, para já não referirmos as baixas taxa de execução, que normalmente constituem apanágio das governações socialistas.

4) Por último, e para além da saudação e do apoio dado aos órgãos Distritais recentemente eleitos, os militantes presentes decidiram de forma inequívoca expressar o seu apoio ao reforço da coesão do partido em torno da sua liderança, mostrando um forte sentido crítico relativamente

como “comentadores”, esquecendo os deveres que têm como militantes do Partido Social Democrata. – *Gab. CPS/Aveiro*

Homenagens a Aveirenses Ilustres

A Câmara Municipal de Aveiro informa o Vosso Órgão de Comunicação Social da realização da terceira sessão do Ciclo de Conferências “Aveirenses Ilustres” que terá lugar esta Quinta-feira, dia 23 de Outubro, das 18.30 às 19.30 horas, no Auditório do Museu da Cidade (Rua João Mendonça, 9/11). -

O Aveirense Ilustre que agora é homenageado, é Eduardo Ala Cerqueira, tendo sido convidado para palestrante Armando Teixeira Carneiro.

Dando sequência ao anterior Ciclo de Conferências e servindo de introdução às comemorações dos 250 anos da elevação de Aveiro, decorre até 19 de Fevereiro, das 18h30 às 19h30, no auditório do Museu da Cidade, o segundo Ciclo de palestras sobre aveirenses ilustres. Com esta iniciativa à semelhança do primeiro Ciclo pretende a Câmara Municipal de Aveiro preservar a identidade e a memória colectiva do nosso povo, homenagear personalidades que, activamente, deram o seu contributo para o desenvolvimento sociocultural e político-económico da região, valorizar a Historiografia Local e formar pedagogicamente públicos.

As palestras são quinzenais e na sua

Notícias de Constância

CPS do PSD organizou um «Colóquio/Debate sobre Educação»

A Comissão Política Concelhia do PSD de Constância organizou no Sábado, dia 18 de Outubro, pelas 15 horas, no Cine-Teatro Municipal de Constância um Colóquio-Debate sobre Educação.

Esteve presente o Deputado do PSD, Pedro Duarte, nesta importante iniciativa sobre um assunto da maior actualidade.

Esta acção, integrada no projecto “ PRÁ-FRENTE Concelho de Constância”, teve como objectivo reflectir e promover a participação da sociedade nas questões ligadas à Nova Escola.

Como oradores, marcaram presença o porta voz do PSD para a educação, Deputado Pedro Duarte e Anabela Grácio, Presidente do Agrupamento de Escolas de Constância, tendo o debate sido moderado por António Oliveira Presidente da concelhia do PSD e candidato à Autarquia.

Uma plateia diversificada em termos das freguesias, associações, pais e professores analisou e debateu as questões actuais da Educação tais como a nova gestão da escola, a avaliação dos professores, o estatuto do aluno e a importância do envolvimento da comunidade educativa.

Os bons resultados das escolas de Constância foram registados com agrado. Contudo, ao longo da tarde, a problemática da construção dos Centros Escolares das três freguesias - Santa Margarida, Constância e Montalvo – foi alvo de profundas interrogações quanto à existência dos mesmos e à considerada falta de participação dos pais nestas decisões.

O elevado nível do debate reforçou, deste modo, a convicção da necessidade de criar mais espaços e momentos de participação dos munícipes do Concelho de Constância, no que toca aos seus verdadeiros interesses. – *CPS/Constância*



àqueles militantes que continuam a querer desestabilizar a vida interna do PSD, alguns que tiveram responsabilidades de liderança e que delas se demitiram, e outros para quem é mais importante a remuneração

maioria são preparadas por investigadores e professores universitários que se dedicam ao estudo da temática. Associada à palestra evocativa decorre também uma pequena amostra de objectos ou

literatura alusiva à individualidade evocada que estará patente durante 15 dias no espaço do Museu da Cidade.

Eduardo Ala Cerqueira: nasceu na freguesia da Vera-Cruz, em 1909 e faleceu em Aveiro, em 1983. Foi aluno do Liceu Vasco da Gama (posteriormente José Estêvão), em Aveiro, bem como das Faculdades de Ciências e de Farmácia, da cidade do Porto. Aveirista e benemérito foi director do Sport Club Beirar-Mar e da Associação de Futebol de Aveiro; membro das Comissões Municipais de Cultura e Toponímia; jornalista e presidente da Junta Autónoma do Porto de Aveiro e da respectiva Comissão Administrativa. Este ilustre aveirense dedicou grande parte da sua vida ao estudo e à divulgação da história local, escreveu inúmeros e valiosíssimos artigos, publicados em jornais e revistas, sobre as instituições, os monumentos, os vultos e as tradições locais. Foi também correspondente de jornais como, O Século e O Primeiro de Janeiro, delegado do Diário de Notícias, colaborador da ADERAV, colaborador das revistas Arquivo do Distrito de Aveiro e Aveiro e o seu Distrito, do jornal O Litoral e ainda redactor de semanários regionais, como o Correio do Vouga e o Jornal de Aveiro.

Este insigne foi agraciado com a Medalha de Prata da Cidade, pela

Câmara Municipal de Aveiro e dispõe de uma rua com o seu nome, no Cais do Paraíso.

“Vento Leste” no Grande Auditório do Centro Cultural

A Câmara Municipal de Aveiro informa o Vosso Órgão de Comunicação Social da realização da Peça de Teatro “Vento Leste” que terá lugar amanhã, dia 22 de Outubro, pelas 21.30 horas, no Grande Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro. A entrada é livre.

Organizada pelo ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, a peça de Teatro surge inserida no programa do Encontro Anual da Rede CLAI – Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes que se realiza em Aveiro nos dias 22 e 23 de Outubro. No ano em que se comemora o Ano Europeu do Diálogo Intercultural, Aveiro foi a Cidade escolhida pelo ACIDI para acolher a organização deste encontro.

A Peça de Teatro “Vento Leste” que se dirige, essencialmente, para os jovens, ajuda a reflexão sobre a temática da Imigração, sensibiliza o público para valores de cidadania e de tolerância inter-cultural e incentiva a Cultura da Paz deixando um sentimento de responsabilidade para as gerações de hoje e do futuro.



Sinopse:

“Viver, rir e chorar com Natasha Marjanovic. Uma mulher nascida na antiga Jugoslávia é obrigada a emigrar de sua terra, expulsa pela guerra. Com muita garra e bom humor leva-nos de emoção em emoção, desde a nostálgica infância comandada com luvas brancas pelo General Tito, até às hilariantes e atrapalhadas experiências de adaptação aos costumes. Língua e natureza própria das pessoas em “Terras de Portugal””.

Ficha artística de “Vento Leste” com Natasha Marjanovic:

Encenação: José Carlos Garcia

Dramaturgia: Beatriz Quintella

Concepção visual: Ana Lisboa Braga.

Duração do espectáculo: 50 minutos – após a apresentação, a actriz propõe uma conversa com o público para responder a questões que possam surgir sobre o tema.

Natasha Marjanovic – nasce em Jajce, Bósnia Herzegovina, em 1970. Forma-se na Escola Superior de Teatro de Belgrado. Cria uma Companhia de Teatro para crianças em Sava Center, Belgrado.

Escreve, encena e apresenta um reportório que, desde 2001, leva à cena em Escolas e Salas de Teatro em Portugal. Desde 2002 desenvolve junto de escolas, jardins-de-infância e associações sem fins lucrativos aulas de teatro, onde trabalha regularmente.

- Gab. Imp. CMA

Notícias de Braga

Em mais uma reunião com os Autarcas das Freguesias, Ricardo Rio convida todos os Presidentes de Junta da Coligação “Juntos por Braga” para recandidatura em 2009

Foi no decurso de um animado jantar em que participou a esmagadora maioria dos Presidentes de Junta eleitos pela Coligação Juntos por Braga que os responsáveis locais do PSD formalizaram o convite à recandidatura destes Autarcas nas eleições de 2009.

Da parte das estruturas partidárias marcaram presença os responsáveis das Comissões Políticas Concelhias do Partido Social Democrata, Ricardo Rio, e da Juventude Social Democrata de Braga, Hugo Soares, o líder dos Trabalhadores Sociais Democratas de Braga, Afonso Henrique Cardoso, os Vereadores na Câmara Municipal de Braga, Serafim Rebelo e Filomena Bordalo, para lá de outros elementos destes organismos, Deputados Municipais e membros do Gabinete Autárquico do PSD de Braga.

Seguindo uma prática regular, este jantar com os Presidentes de Junta eleitos e membros dos seus Executivos

teve desta feita lugar em S. Victor, freguesia que, nas palavras do seu Presidente, Firmino Marques, quer ser “o primeiro bastião da vitória de Ricardo Rio em 2009”.

Assumindo-se consciente do relevante trabalho que a Junta de Freguesia de S. Vitor tem conseguido desenvolver à margem de qualquer apoio camarário, o anfitrião fez questão de repetir perante os presentes a mensagem que tem transmitido a todos os cidadãos e instituições da Freguesia: “o desenvolvimento de S. Victor e do concelho de Braga, clama por uma mudança na gestão municipal que tem de passar pela eleição de Ricardo Rio em 2009”.

Daí que, expressou, “à falta de ‘obras’, a Junta tem centralizado a sua atenção no imaterial, do desenvolvimento cultural à valorização e divulgação do património, da intervenção social à preservação do

meio ambiente, da colaboração institucional com associações, escolas, IPSS e outras entidades que actuam no terreno à resolução dos problemas que se colocam a cada cidadão em particular”.

“Com outra colaboração da Autarquia poderíamos fazer muito mais, mas temos que nos sentir orgulhosos pelo que temos conseguido, como bem reconhecem os habitantes de S. Vitor e até organismos de âmbito nacional”, afirmou.

Na mesma linha, os demais Autarcas presentes expressaram o seu lamento por terem de conviver com uma gestão municipal que, dentro do crescente desinvestimento que tem feito nas Freguesias, penaliza especialmente, e salvo honrosas excepções, as Juntas da Coligação.

Na ocasião, foi mesmo elencado um vasto rol de projectos que continuam sem sair do papel ou que

têm graus de execução perfeitamente simbólicos, pese embora os sucessivos compromissos públicos assumidos pelos responsáveis socialistas, no centro da cidade como nas freguesias suburbanas ou rurais.

No balanço do trabalho efectuado por cada Executivo, porém, demonstrou-se que o bom trabalho autárquico não depende do afrouxamento das convicções políticas, nem de uma subserviência táctica aos ditames do Presidente de Câmara.

Foi aliás distinguida a prestação de todos os Presidentes de Junta da Coligação, “pelas condições especialmente difíceis que encontram no ‘jogo do empurra’ a que a Câmara permanentemente os vota”.

Conscientes de que, apesar dos encorajadores indícios, este será um ano de especial dificuldade, que de todos exigirá o continuar do trabalho desenvolvido e da abnegação

demonstrada, o espírito de união e entreajuda foi constantemente relevado como a força motriz de um grupo competente e vencedor.

“Podemos não ter muitos Presidentes de Junta, mas temos certamente os melhores”.

Ricardo Rio, presidente da CPS do PSD de Braga e candidato à presidência da CMB, agradeceu a dedicação, empenho e competência de todos os Autarcas afirmando peremptoriamente “Podemos não ter muitos Presidentes de Junta, mas temos certamente os melhores”.

Como tantas e tantas vezes tem referido, para o líder do PSD de Braga, “a actuação dos Presidentes de Junta da Coligação é o melhor cartão de visita que se poderia desejar para aquilo que pode ser uma nova postura na gestão do município Bracarense, pela forma disponível, inovadora, dinâmica e intransigente, como estes assumem a defesa dos interesses dos seus cidadãos”.

Acusando a CMB de ser o maior entrave a ainda maiores concretizações por parte dos executivos das Juntas afectas à Coligação, Ricardo Rio foi claro na caracterização de um poder socialista torpe e cansado: “-Hoje, a maioria socialista luta pela sobrevivência, enquanto a Coligação luta pelo desenvolvimento do Concelho e pelo bem-estar dos cidadãos”.

Falando num “objectivo cada vez mais próximo”, o Vereador social-democrata lembrou que “não basta vencer as eleições, é preciso fazê-lo de tal forma que a governabilidade da autarquia seja assegurada”.

Por todos estes motivos, afirmou ser com especial orgulho e satisfação que dirigia a todos os Presidentes de Junta da Coligação o convite para voltarem a encabeçar as listas deste projecto supra-partidário às respectivas assembleias de 2009.

Para o Presidente do PSD de Braga, a formalização deste convite surge como uma forma de prestar tributo público ao extraordinário desempenho dos Autarcas da Coligação e como incentivo para a prossecução do árduo trabalho que vêm desenvolvendo.

Ricardo Rio concluiu dizendo que “aqueles que pensam que vivemos com medo da sombra por via do frequente assédio de que são alvo os Presidentes de Junta do PSD/Coligação, deviam estar mais atentos aos sinais de distanciamento e saturação dos autarcas que os ajudaram a eleger”, assegurando que, em 2009, a Coligação irá mais que duplicar o número de Juntas eleitas nas eleições de 2005.- *Gab. Autárquico PSD/Braga*

Assembleia de Freguesia de Sequeira

No passado dia 26 de Setembro último, reuniu mais uma vez, em



sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Sequeira, cuja ordem de trabalhos englobava apenas dois pontos, o primeiro dizendo respeito à aprovação da acta da sessão anterior e o segundo a informações a prestar pelo senhor Presidente da Junta. Houve alguma discussão em relação à acta apresentada, que foi aprovada, ao contrário do habitual, apenas com os votos favoráveis da maioria socialista, já que um aspecto considerado relevante pela oposição, não ter sido corrigido. Esse aspecto dizia respeito, a uma resposta do senhor Presidente da Junta quando questionado, no período dedicado ao público, por um habitante de Sequeira, que reclamava da impossibilidade de acesso a um seu terreno, dado ter sido encerrado o caminho público que o servia, tendo sido construída no local uma casa. O senhor Presidente respondeu que após análise da situação pelo advogado da Junta, chegara à conclusão que a Câmara Municipal de Braga licenciara a construção de uma habitação sobre um caminho público e não conseguia agora resolver a questão, que deveria ser resolvida por acordo mútuo entre as partes envolvidas.

No período de antes da ordem do dia, foi apresentada, pela oposição, uma moção que chamava a atenção para o atraso a que foi votada a Freguesia de Sequeira, nas últimas décadas, quando comparada com as freguesias vizinhas, com perda progressiva de habitantes, em risco de perder a sua sustentabilidade económica, social, cultural e patrimonial, conforme é reconhecido pelos técnicos da Direcção de Planeamento e Ordenamento – Direcção de Planeamento da Câmara Municipal de Braga, que elaboraram, em Junho do corrente ano, o relatório PDM.

Neste contexto, a moção recomendava à Câmara Municipal de Braga, na pessoa do seu Presidente, fossem tomadas medidas urgentes, visando a reabilitação e recuperação da

freguesia de Sequeira, compensando-a também pelos prejuízos causados pela construção das duas auto-estradas.

A moção foi chumbada pela maioria socialista, que mais uma vez colocou os interesses do senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga à frente dos interesses da freguesia. Esta atitude tem sido, aliás, a principal causa do atraso da freguesia de Sequeira, em relação às suas vizinhas, nas últimas três décadas.

Apesar de ter sido chumbada, esta moção trará, estamos cientes, benefícios futuros para a freguesia, que acabará por ver reconhecida a situação de atraso e a respectiva compensação.

MOÇÃO

Longe vão, infelizmente, os tempos em que a nossa freguesia de Sequeira era uma das mais pujantes e desenvolvidas freguesias do concelho de Braga, com uma forte componente agrícola e industrial, para além de um crescimento assinalável da sua população residente. Nas últimas três décadas, tudo se alterou, com a destruição praticamente total da área agrícola, incluindo grandes quintas e pomares, acompanhada de uma incapacidade de construção habitacional, substituindo-a por inúmeros pavilhões, com a conseqüente necessidade da população jovem da freguesia ser obrigada a abandonar a mesma. Para isto contribuíram sobremaneira as duas grandes obras das últimas décadas, verdadeiros “ex-libris” da freguesia, as duas auto-estradas, que desgraçadamente dividiram a freguesia, causando impactos negativos incalculáveis para seus habitantes, incrivelmente sem quaisquer contrapartidas para Sequeira. Se alguém tem dúvidas em relação à degradação contínua da nossa freguesia, sugerimos que passe em Tadim, Celeirós, Aveleda, Ferreiros e até Cabreiros, para onde vão estudar

as nossas crianças, após o 4º ano de escolaridade, e ficará sem dúvidas em relação à realidade nua e crua.

Tudo isto é reconhecido inclusive pelos técnicos da Direcção de Planeamento e Ordenamento – Divisão de Planeamento da Câmara Municipal de Braga, que elaboraram o relatório PDM, em Junho do corrente ano, que a dado passo afirmam: “Simultaneamente, verifica-se a existência de freguesias periféricas, que denotam menores níveis de urbanidade, que têm perdido ou mantido a sua população, entre 1991-2001. Estas, localizam-se maioritariamente na faixa Noroeste e Sul do concelho. Destaque-se em particular a freguesia de São Vicente Penso, que apresentou um decréscimo populacional de 18% ...

Destaque-se, igualmente os casos de Dume e de Sequeira que apresentam decréscimos acentuados dos residentes (460 e 217 indivíduos, respectivamente).

As freguesias que têm perdido a sua população residente, devem merecer uma abordagem cuidadosa, uma vez que, caso não sofram nenhum tipo de intervenção que contrarie esta tendência, poderão perder a sua sustentabilidade económica, social, cultural e patrimonial.”

Assim e perante os factos referidos, a Assembleia de Freguesia de Sequeira, reunida em sessão ordinária no dia 26 de Setembro de 2008, recomenda à Câmara Municipal de Braga, na pessoa do seu Presidente, Eng. Mesquita Machado, a tomada de medidas urgentes, que visem a recuperação e reabilitação da freguesia de Sequeira do atraso considerável a que foi votada nas últimas décadas, e uma adequada compensação pelos prejuízos causados pela construção das duas auto-estradas, sob pena de agravamento das condições da freguesia, em risco de perder, conforme parecer dos técnicos da Divisão de Planeamento da Câmara Municipal de Braga, a sua sustentabilidade económica, social, cultural e patrimonial. – *Ass, Coligação Juntos por Braga*

Expansão do Europarque: mais uma oportunidade perdida

Os vereadores do PSD lamentaram, na última reunião de Câmara de Ovar, que o projecto “Exponor XXI” que previa a instalação de um novo centro de congressos e exposições numa área partilhada entre os Concelhos de Santa Maria da Feira e Ovar, tenha sido abandonado pela Associação Empresarial de Portugal (AEP).

Foi com natural desilusão que os vereadores do PSD tiveram conhecimento desta decisão, tanto mais que sempre consideraram a expansão do Europarque como um projecto de grande relevância para o desenvolvimento do Concelho e da região.

Segundo notícia do jornal Público, o presidente da AEP justificou que a Exponor não vai mudar para a nossa região porque “não faz o menor sentido que a Exponor vá para o Europarque, só iria prejudicar o seu futuro”. A decisão de abandonar o projecto lançado pela anterior Direcção da AEP, foi tomada por unanimidade no conselho geral da associação e baseou-se numa “avaliação da [baixa] rentabilidade histórica do Europarque”, ainda de acordo com a notícia do Público.

Conclui-se, assim, que esta foi mais uma de muitas oportunidades perdidas para o Concelho de Ovar. O projecto, que previa a criação de um novo recinto de exposições, um campo de golfe e outros equipamentos desportivos, um hotel de nove andares, uma densa urbanização e uma clínica de cuidados continuados,



numa área que se estendia à freguesia de Maceda, fica suspenso, perdendo-se também a perspectiva da criação dos 5.500 postos de trabalho directos anunciados, tão necessários para contrariar o elevado desemprego no nosso Concelho.

A desistência do projecto é um duro golpe para as expectativas de Ovar, tanto mais que este projecto originou inclusive, a alteração do PDM na freguesia de Maceda, numa vasta zona a Nascente da A29, para a sua classificação como área de equipamentos e serviços sem restrições.

O projecto de Expansão do Europarque foi mesmo alvo de deliberações na Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Maceda chegou a iniciar contactos com os proprietários de terrenos abrangidos pelo projecto. Sabe-se agora que todos os esforços foram infrutíferos, porque não chegaram para convencer a actual direcção da AEP das potencialidades e das vantagens de apostar nesta região, e que também a expectativa gerada na população, foi injustificada.

Por estes motivos, os Vereadores do PSD não podem deixar de dar voz à desilusão colectiva, pelo facto da nova “centralidade empresarial, desportiva, turística, de saúde e residencial” - que se prometeu como novo motor de desenvolvimento para o Concelho de Ovar, e no qual a Câmara Municipal se empenhou tanto - ter acabado por resultar apenas em mais um fracasso nas aspirações do Município. - *Os Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Ovar*

Notícias de Bragança

Duplicação das verbas do PIDDAC para o distrito não passa de “um exercício de generosidade aparente”

O deputado do PSD eleito por Bragança Adão Silva classificou a duplicação das verbas do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para este distrito como “um exercício de generosidade aparente”.

Adão Silva reconhece que o PIDDAC regionalizado “traz um aumento substancial de verbas”, passando de 45 milhões de euros em 2008 para mais de 88 milhões de euros em 2009.

No entanto, metade dos concelhos do distrito não são contemplados com qualquer investimento e o grosso das verbas previstas “são absorvidas por uma rubrica mal explicada”.

Dos 88,6 milhões de euros de investimentos previstos no PIDDAC para Bragança, 59 milhões destinam-se à “gestão sustentável do espaço rural”.

“Ninguém sabe o que é isto. É da maior opacidade”, disse, esperando que a região não esteja “perante um exercício de engana tolos”.

Adão Silva lamentou a manutenção de obras que continuam a “constar no PIDDAC em anos sucessivos” mas “nunca mais avançam, como é o caso das instalações do centro de emprego de Moncorvo ou do CAT (Centro de Atendimento a Toxicodependentes) de Bragança ou da escola EB 1,2,3 de Vimioso”.

Apesar disso, Adão Silva saudou a inscrição da verba de 2,1 milhões de euros para o Instituto Politécnico de Bragança e de 2,2 milhões para a esquadra da PSP em Mirandela. - **Fonte: Lusa**



Notícias de Setúbal

PSD quer ganhar Câmaras no Distrito

O processo de escolha dos candidatos do PSD às várias autarquias do Distrito de Setúbal vai ter início brevemente. Este foi um dos assuntos em maior destaque na Assembleia Distrital de Setúbal do PSD que decorreu na passada sexta-feira, e pela primeira vez realizada em Alcochete.

O projecto de estratégia autárquica da Distrital de Setúbal do PSD, que estabelece os objectivos do partido, que passam por ganhar autarquias, foi aprovado por unanimidade. Este documento vai permitir uniformizar os timings do processo de escolha nas diferentes secções, para que se cumpram os prazos definidos.

Nesta Assembleia Distrital foi também aprovado, por larga maioria, o Projecto de Alteração ao Regulamento Interno, proposto pelos órgãos distritais.

PSD preocupado com o encerramento da Fundação das Salinas do Samouco

O encerramento da Fundação das Salinas do Samouco também esteve em destaque nesta sessão.

Como resultado da necessidade de salvaguardar as salinas do Samouco, e no seguimento dos compromissos assumidos pelo Estado Português para com a União Europeia, decorrentes da decisão de construção da Ponte Vasco da Gama, foi constituída em 2001, com 3 anos de atraso, a Fundação para Protecção e Gestão Ambiental das salinas do Samouco.

A manutenção e incremento das comunidades de avifauna, a promoção do uso sustentável dos recursos naturais, a divulgação e sensibilização sobre a conservação da natureza, particularmente sobre os habitats de salinas, a par da promoção da investigação técnico-científica orientada para as zonas húmidas, eram alguns dos objectivos da Fundação.

Os atrasos sistemáticos no apoio por parte do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território criaram uma situação insustentável de gestão, culminaram com a assumpção plena da irresponsabilidade do Governo, ao encerrar a sua actividade alegadamente no passado mês de Março, com salários em atraso aos seus colaboradores, mesmo após o Governo Português ter sido obrigado a devolver verbas à Comissão por falta de cumprimento do projecto aprovado.

A responsabilidade do Estado perante a Comissão Europeia não está a ser cumprida, pelo que este facto é uma preocupação do PSD ao nível do concelho de Alcochete, e naturalmente ao nível distrital uma vez que estamos em presença de um valor natural de âmbito claramente supra-municipal.



Foram já encetados contactos pelo PSD de Alcochete, que em conjunto com o Grupo de Trabalho do Ambiente criado pela Distrital de Setúbal do partido, virão em breve a delinear uma estratégia de actuação face a esta grave situação de desresponsabilização por parte do Governo, que lesa directamente o concelho de Alcochete e indirectamente o distrito de Setúbal e mesmo até o País.

Noutro âmbito, o presidente da Distrital de Setúbal do PSD, Bruno Vitorino, manifestou novamente a sua preocupação pela crescente onda de insegurança sentida em Portugal, nomeadamente na região.

O dirigente social-democrata exige que o Governo olhe para esta realidade como um verdadeiro problema que carece de uma intervenção global, com respostas sectoriais, apoiada em medidas concretas, que devolva a autoridade e dignidade às forças de segurança, para que estas possam actuar em conformidade com a actual situação que vivemos.

Para que isto aconteça, para além de melhorar o funcionamento do sistema de justiça, será necessário um reforço do número de efectivos – muito falado, mas não concretizado – bem como do reforço dos meios técnicos e logísticos ao dispor das forças da ordem.

São também necessárias respostas sociais correctas e imediatas, aliadas a políticas sérias de integração, bem como uma nova abordagem, que tenha em conta a especificidade de alguns bairros problemáticos do distrito, não somente numa lógica repressiva, mas acima de tudo preventiva.

Bruno Vitorino lembrou ainda a campanha de outdoors que foi lançada relativamente à temática da insegurança, informando que a CPD/PSD continua a reunir com diversas entidades ligadas às forças de segurança e suas associações profissionais.

www.psdidistritalsetubal.com.pt – Novo site da Distrital de Setúbal apresentado

O novo site da Distrital de Setúbal do PSD – www.psdidistritalsetubal.com.pt, ontem apresentado publicamente na Biblioteca Municipal de Setúbal, vai permitir dotar as várias estruturas do partido com uma nova ferramenta, mais dinâmica, mais atractiva.

Segundo Pedro Margarido, membro da Comissão Política Distrital, o novo portal vai permitir aos militantes partilhar experiências, manifestar as suas opiniões, interagir directamente com o partido.

“Pretende-se não só dar a conhecer o trabalho desenvolvido, denunciar os problemas sentidos pela população, mas também obter o feedback dos cidadãos. Saber as suas propostas, questões, sugestões”, explicou Pedro

Margarido.

Margarida Bonito, membro da Comissão Política Distrital, afirmou que este novo portal, para além de prestar informação, quer interagir mais de perto com os cidadãos. “Esta também é uma forma de prestarmos contas à população”, adianta.

Importa ainda referir que, ao consultar o site da Distrital de Setúbal do PSD, o utilizador terá também acesso aos sites das 13 concelhias social-democratas do distrito, ficando assim a saber o trabalho levado a cabo por cada secção.

“Mais do que nunca, é imperativo que o trabalho dos eleitos dos vários partidos, nos diversos órgãos políticos do País, seja feito para os cidadãos, contando também com o seu envolvimento e com a sua participação”, conclui o presidente da Distrital de Setúbal do PSD, Bruno Vitorino. – **Gab. Imp. CPD/Setúbal**

Notícias de Leiria

José António Silva, é o candidato à Câmara Municipal

O presidente da Comissão Política da Secção de Leiria do Partido Social Democrata, o médico José António Silva, é o candidato à presidência da Câmara Municipal de Leiria, confirmou o plenário de militantes em reunião sexta-feira passada à noite.

À agência Lusa, José António Silva disse que “a Comissão Política indicou ao plenário de militantes o nome do candidato à Câmara de Leiria pelo PSD às próximas eleições autárquicas, que foi aclamado pelos presentes”.

O dirigente social-democrata explicou que o seu objectivo “é ganhar a maioria absoluta na Câmara”, que o PSD perdeu nas autárquicas de 2005, obrigando a presidente da autarquia, Isabel Damasceno, a fazer uma coligação com a vereadora do CDS/PP.

“O PSD está unido e nada impede que este objectivo seja alcançado”, afirmou José António Silva, que recusou adiantar nomes que integrarão a sua equipa na candidatura à Câmara.

O presidente da Comissão Política de Secção de Leiria disse ainda que a sua candidatura “já tinha sido apresentada à Comissão Política Distrital do PSD, que a aceitou”.

Acrescentou que será a Distrital a fazer chegar aos órgãos nacionais do partido a sua candidatura.

José António Silva, 53 anos, foi presidente da Junta de Freguesia dos Parceiros, concelho de Leiria, e deputado na Assembleia da República.

Sobre as divergências com a anterior Presidente, José António Silva sublinhou: “Interessa-me o futuro e não o passado”.

“Ali não pedi apoios, peço a unidade do partido e trabalho em torno desta candidatura”, referiu ainda quando questionado sobre o eventual apoio da actual presidente da Câmara. – **Lusa**

PSD não conseguiu o seu objectivo de conquistar a maioria na ALRA e Costa Neves demitiu-se

A líder do PSD ficou triste com a derrota de Costa Neves nas eleições regionais dos Açores, tendo cumprimentado este «militante de enorme prestígio» o qual, após conhecidos os resultados, apresentou a sua demissão da direcção do PSD açoriano.

Manuela Ferreira Leite, na sua apreciação a este acto eleitoral, manifestou a sua tristeza, tendo-se referido a Costa Neves como «um militante de enorme prestígio e de um empenho absolutamente excepcional».

Pela votação, «fomos confirmados como partido alternativo ao poder nos Açores, portanto vamos continuar o nosso trabalho de forma séria e honesta e empenhada e como oposição vamos ajudar os açorianos a melhorar a sua situação; apesar dos objectivos não terem sido atingidos, vamos continuar a trabalhar como partido da oposição».

Ferreira Leite aproveitou ainda para destacar o alto nível da abstenção nestas eleições como o «aspecto mais negativo» deste acto eleitoral, uma questão que considerou que «nos deve preocupar muitíssimo».

A líder do PSD frisou ainda que, apesar dos seus objectivos não terem sido atingidos, vai «continuar a trabalhar como partido da oposição».

Costa Neves no momento da despedida

Carlos Costa Neves anunciou a sua demissão da liderança do PSD/Açores, na sequência da derrota eleitoral desta noite, menos de três anos depois de ter sido eleito para o cargo.

Natural de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, Costa Neves dirigiu o PSD/Açores entre 1997 e 1999, cargo que voltaria a ocupar desde Dezembro de 2005.

Aos 54 anos, Costa Neves é licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e desenvolveu a sua carreira entre os Açores e Bruxelas, onde foi deputado ao Parlamento Europeu, entre Junho de 1994 e Abril de 2002.

O antigo deputado europeu foi, também, ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, entre Julho de 2004 e Março de 2005.

No Governo da República, entre Abril de 2002 e Julho de 2004, teve a pasta de secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Nos Açores passou, também, pelos governos regionais liderados por Mota Amaral, onde ocupou diversas pastas, como a Administração Interna e Assuntos Sociais.

Entre 1980 a 1988, foi deputado à Assembleia Regional dos Açores.

Costa Neves esteve, ainda, à frente dos destinos da transportadora SATA Air Açores, entre 1992 a 1994.

É casado e tem três filhos.

O novo panorama político dos Açores

Os socialistas têm 30 deputados e mantêm uma maioria confortável num parlamento que passou a ter, com a alteração eleitoral, 57 deputados, mais cinco que até agora.

O aumento da pluralidade da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que passa de três para seis forças políticas representadas, foi outro facto político da noite: o CDS passou de dois para cinco deputados, o BE estreia-se no parlamento açoriano com dois deputados e a CDU regressou à assembleia regional, com um deputado, mas passando a quinta força política.

Outra surpresa foi a eleição pelo círculo do Corvo de um deputado do



PPM, também pela primeira vez nos Açores. Apenas duas das oito forças políticas que concorreram a estas eleições - MPT e PDA - não conseguiram representação parlamentar.

A abstenção acabou por ser a grande vencedora da noite, com mais

de metade dos açorianos a abdicarem de exercer o seu direito de voto.

Com uma taxa de 53,2 por cento, a abstenção atingiu o valor mais alto da história da democracia açoriana em eleições legislativas regionais, superando os 46,7 por cento registado em 2000. – Fonte: Lusa

Notícias de Ourique

Novo líder da Distrital do PSD quer a “reconquista de Ourique”

O novo líder da distrital de Beja do PSD, José Raul dos Santos, traçou hoje como objectivo para as próximas autárquicas a manutenção da Câmara de Almodôvar, a reconquista de Ourique e a vitória em Alvito.

Em comunicado enviado à agência Lusa, José Raul dos Santos, deputado e antigo presidente do município alentejano de Ourique, garantiu que os sociais-democratas vão lutar também para “aumentar a sua votação em Beja e, no mínimo, manter um vereador no executivo municipal”.

A Câmara de Almodôvar é a única actualmente liderada pelo PSD no distrito de Beja, enquanto o município de Ourique é presidido pelo PS e Alvito por um independente.

Na segunda-feira, a distrital de Beja do PSD vai reunir a sua comissão política permanente alargada a outros órgãos partidários, como a JSD, TSD e autarcas.

“É a primeira grande reunião de trabalho que tem em vista mobilizar as organizações do partido para o ciclo eleitoral que se aproxima”, garante a distrital social-democrata de Beja.

José Raul dos Santos foi eleito presidente da distrital de Beja do PSD, no início deste mês, num acto eleitoral em que encabeçou a única lista candidata.

José Raul dos Santos, conhecido apoiante de Pedro Santana Lopes, liderou a distrital social-democrata de Beja entre 1998 e 2002 e o município alentejano de Ourique até 2005.

Quando cumpria o terceiro mandato à frente da Câmara de Ourique, actualmente presidida pelo socialista Pedro do Carmo, José Raul dos Santos renunciou ao cargo para integrar as listas de candidatos a deputados do PSD, pelo círculo eleitoral do Porto, nas legislativas de 2005. – Fonte: Lusa



ARGONCILHE/STª MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Argoncilhe, concelho de Santa Maria da Feira, para reunir no próximo dia 5 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H00 na Junta de Freguesia de Argoncilhe, sita no Largo Prof. Joaquim da Silva Tavares, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, (2 de Dezembro) na sede concelhia, sita na Rua dos Descobrimientos, 18, em Santa Maria da Feira, aberta para o efeito, nesse dia, entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da Secção ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 21H00 e as 23H00

ARRAIOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Arraiolos, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 21 de Novembro de 2008 (sexta-feira), pelas 18H00, na sala da Junta de Freguesia de Arraiolos, sita na Rua Melo Mexia, nº 7, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política da Secção e Mesa da Assembleia da Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 18H00 às 23H00

CARCAVELOS/NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia de militantes do núcleo de Carcavelos, para reunir, no próximo dia 21 de Novembro de 2008 (sexta-feira), pelas 21H00, na sede do Núcleo, sita na Rua do Jogo da Bola, Lote 1-A cave, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente

da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 21H00 às 23H00

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Coimbra, para reunir no próximo dia 31 de Outubro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H00 na casa Municipal da Cultura, sita na Rua Pedro Monteiro, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Estarreja, para reunir, no próximo dia 21 de Novembro de 2008 (sexta-feira), pelas 20H00, na sede, sita na Rua Jornal de Estarreja, nº 109, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política da Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 20H00 às 23H00

GIÃO /STª.MARIA DA FEIRAª

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Gião, concelho de Santa Maria da Feira, para reunir no próximo dia 22 de Novembro de 2008, (sábado) pelas 16H00 na sede do Núcleo, sita na Rua do Eleito Local, nº 284, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do Núcleo aberta, nesse dia, entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 18H00

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Lousada, para reunir no próximo dia 29 de Novembro de 2008, (sábado) pelas 15H30 na sede, sita na Travessa de S. Sebastião, 121, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia

anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 15H30 e as 19H30.

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Montijo, para reunir no próximo dia 30 de Outubro de 2008, (quinta-feira) pelas 21H00 na sede sita na Praça da República, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 – Assuntos diversos

NÚCLEO LITORAL/PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo Litoral do Porto, para reunir no próximo dia 13 de Novembro de 2008, (quinta-feira) pelas 21H30 na Rua Corte Real, 25 na Foz do Douro, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Apresentação das iniciativas já realizadas e a realizar
- 3 – Análise da situação política local e nacional

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Odivelas, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2008, (quarta-feira) pelas 21H00 na sede da Secção, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro, 11 c/v Dtª., com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política

PENICHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Peniche, para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 18H00 na sede concelhia, sita na Rua Alexandre Herculano, 68-1º, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia da Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 18H00 e as 23H00

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Portalegre do PSD, para reunirem extraordinariamente no próximo dia 28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00, em todas as sedes de Secção, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição da Mesa de Assembleia Distrital;
- 2 – Eleição da Comissão Política Distrital;
- 3 – Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;
- 4 – Eleição de representante dos militantes das Secções na Assembleia Distrital.

Nota:

As Listas candidatas aos órgãos Distritais deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto Eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem o possa substituir estatutariamente, na sede Distrital.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 23H00.

Os locais de voto das diversas secções serão os seguintes:

ALTER DO CHÃO – Av. Dr. João Pestana, 13

ARRONCHES – Rua do Ronquillo, 4 - Sede

AVIS – Av. da Liberdade, 23 - Sede

CAMPO MAIOR – Rua de S. João, 31 - Sede

CASTELO DE VIDE – Rua de Olivença, 13 – 1º E - Sede

CRATO – Antigos Celeiros da EPAD - Sede

ELVAS – Salão do Hotel D. Luís

FRONTEIRA – Junta de Freguesia de Fronteira

GAVIÃO – Casa do Povo de Gavião

MARVÃO – Travessa da Silveirinha – Sede

MONFORTE – Junta de freguesia de Monforte

NISA – Junta de Freguesia do Espírito Santo

PONTE DE SOR – R. João de Deus, 18 1º A – Sede

PORTALEGRE – Largo 28 de Janeiro, 10 – Sede

SOUSEL – R. Direita, 5 - Sede

ARRONCHES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Arronches, para reunir, extraordinariamente, no próximo dia 28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na sede concelhia, sita na Rua do Ronquillo, 4, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da comissão política ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 23H00

AVIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Avis, para reunir, extraordinariamente, no próximo dia



28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na sede concelhia, sita na Av. da Liberdade, 23, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da comissão política ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 23H00

FRONTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Fronteira, para reunir, extraordinariamente, no próximo dia 28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na Junta de Freguesia de Fronteira, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da comissão política ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 23H00

GAVIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Gavião, para reunir, extraordinariamente, no próximo dia 28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na Casa do Povo de Gavião, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da comissão política ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 23H00

MARVÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Marvão, para reunir, extraordinariamente, no próximo dia 28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na Travessa da Silveirinha, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da comissão política ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 23H00

MONFORTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Monforte, para reunir, extraordinariamente, no próximo dia 28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na junta de Freguesia de Monforte, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da comissão política ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 23H00

NISA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Nisa, para reunir, extraordinariamente, no próximo dia 28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na Junta de Freguesia do espírito santo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da comissão política ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 23H00

PONTE DE SOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte de Sor, para reunir, extraordinariamente, no próximo dia 28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na sede concelhia, sita na Rua João de Deus, 18-1º, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da comissão política ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 23H00

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Portalegre, para reunir, extraordinariamente, no próximo dia 28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na sede concelhia, sita no Largo 28 de Janeiro, 10, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da comissão política ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 23H00

SOUSEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Sousel, para reunir, extraordinariamente, no próximo dia 28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na sede concelhia, sita na Rua Direita, 5, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da comissão política ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 23H00

SECÇÃO B/LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção B, para reunir, no próximo dia 27 de Novembro de 2008 (quinta-feira), pelas 19H00, na sede, sita no Campo Pequeno, 16-3º andar, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Comissão Política de Secção
- 2 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 19H00 às 23H00

SECÇÃO ORIENTAL/ LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção Oriental de Lisboa, para reunir,

extraordinariamente, no próximo dia 27 de Novembro de 2008, (quinta-feira) pelas 18H00 na sede, sita na Rua Manuel dos Santos, Lote 21 A sub/cave, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política da Secção e Mesa da Assembleia da Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 18H00 e as 23H00

SUIÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção da Suíça, para reunir, no próximo dia 7 de Dezembro de 2008, (Domingo) pelas 14H00 no nº 20 da Balsigerrain 21 em Berna, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa e Comissão Política da Secção

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 14H00 e as 16H00

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir no próximo dia 14 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 22H00 na sede Rua 9 de Abril, 1-3º andar, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Período antes da ordem do dia
- 2 - Ordem do dia
 - 2.1 - Informações
 - 2.2 - Análise da situação política actual
- 3 - Outros assuntos

VILA NOVA DA BARQUINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova da Barquinha, para reunir no próximo dia 24 de Outubro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H00 na Rua Vasco da Gama, nº 6, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único: Análise da situação política

VILA POUCA DE AGUIAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Vila Pouca de Aguiar, para reunir no próximo dia 22 de Novembro de 2008 (sábado), pelas 14H00, na



sede, sita na Rua Prof. Mota Pinto, n.º 10, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição Mesa da Assembleia da Secção

Eleição da Comissão Política da Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 14H00 às 18H00



ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção Concelhia da JSD de Arganil, para o dia 22 de Novembro de 2008, pelas 14 horas, a realizar na Sede Concelhia do PSD/Arganil, sita no Largo Padre Manuel Vasconcelos, em Arganil, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Comissão Política de Secção Concelhia e Mesa do Plenário da JSD/Arganil.

Nota:

a) As listas candidatas, deverão ser apresentadas à Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente a substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 14 horas às 20 horas.

A Presidente da Mesa de Secção
(Érica Geraldês Castanheira)

OLIVEIRA DE FRADES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoca-se o Plenário de Secção de Oliveira de Frades, da JSD, para reunir no dia 22 de Novembro de 2008, pelas 16, na Sede do PSD local, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD em Oliveira de Frades.

O Presidente da Mesa da Secção de Oliveira de Frades

(Ricardo Daniel Nunes Lopes)

SECÇÃO ORIENTAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da Secção Oriental de Lisboa para realizar-se no próximo dia 27 de Novembro de 2008, pelas 18h00, na Sede de Secção, sita na Rua Manuel dos Santos, n.º 21 subcave, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário da Secção Oriental de Lisboa.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Secção, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede de Secção;

Para o exercício de voto as urnas estarão abertas das 18 horas às 23 horas.

A Presidente da Mesa do Plenário de Secção

(Ivone Gonçalves)

NÚCLEO DE SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo Residencial da JSD da Feira – Santa Maria da Feira, para reunir no dia 22 de Novembro de 2008, pelas 15h00, na Sede da CPS – Feira, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, Freguesia da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial da Feira – Santa Maria da Feira.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 16h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até 19 de Novembro de 2008, na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18 na Freguesia da Feira.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção de Santa Maria da Feira

(Rufino Ferreira)

NÚCLEO DA JSD DE LANHESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Núcleo da JSD de Lanheses, para reunir no dia 22 de Novembro de 2008, pelas 14h00, na Sede do Núcleo da JSD de Lanheses, sita na rua da Farmácia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Eleição da Comissão Política de Núcleo

2. Eleição da Mesa da Assembleia

Nota:

As urnas estarão abertas das 14h00 às 15h00

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede do Núcleo da JSD Lanheses, respeitando as normas dos

Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD.

O Presidente de Mesa da JSD da Secção de Viana do Castelo
(Jorge Martins)

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoca-se o Plenário de Secção de Arcos de Valdevez, da JSD para reunir no dia 22 de Novembro de 2008, pelas 17h30 até às 19 horas, na sede do PSD de Arcos de Valdevez, cito na Rua Nunes de Azevedo, Cave – CC Nortevez, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção de Arcos de Valdevez da JSD.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Alto Minho ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede do PSD de Arcos de Valdevez, cito na Rua Nunes de Azevedo, Cave – CC Nortevez, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Alto Minho

(Carlos Arieiro)